



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2019

ANO XXXI - Nº 5746

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

#### LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 699, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE “DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, SUAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES PÚBLICAS E CÂMARA MUNICIPAL”.

O PREFEITO DE UBERLÂNDIA,  
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a Lei Complementar nº 40, de 6 de novembro de 1992 e suas alterações, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81. ...

...

VII – outros relativos à natureza ou ao local de trabalho; e

VIII – adicional de estabilidade financeira por exercício de cargo em comissão ou função de confiança.” (NR)

“Art. 83. ...

Parágrafo único. A remuneração pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada não será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor, ressalvado o disposto no artigo 96-A e seguintes desta Lei Complementar.” (NR)

#### “CAPÍTULO IV DAS VANTAGENS

...

#### Seção II Das gratificações e dos adicionais

...

#### Subseção VIII

Do adicional de estabilidade financeira por exercício de cargo em comissão ou função de confiança” (NR)

“Art. 96-A. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo e estável do Município de Uberlândia, que, na condição de efetivo, tenha exercido cargo em comissão ou função de confiança, por 15 (quinze) anos, ininterruptos ou intercalados, terá direito a incorporar à sua remuneração o valor relativo à diferença entre o vencimento do cargo efetivo e a remuneração do cargo comissionado ou valor integral da função de confiança ocupado de maior monta.

§ 1º Para fins de cômputo do benefício de que trata este artigo, a base de cálculo do valor a ser incorporado considerará as funções de confiança e os cargos em comissão ocupados em período não inferior a 3 (três) anos.

§ 2º Na impossibilidade de aplicação do disposto no § 1º deste artigo,

hipótese em que o servidor não tiver ocupado cargo em comissão ou função de confiança pelo período mínimo de 3 (três) anos, observar-se-á, para fins de cômputo do benefício de que trata este artigo, a permanência por maior tempo.

§ 3º Para os fins do benefício de que trata este artigo, considerar-se-á, também, o tempo de efetivo exercício no cargo de Secretário Municipal ou equivalente.

§ 4º O adicional de estabilidade financeira por exercício de cargo em comissão ou função de confiança integra a remuneração do servidor efetivo estável que atenda aos requisitos deste artigo para todos os efeitos legais, especialmente a ser incorporada aos proventos da inatividade.

§ 5º O benefício de que trata este artigo é inacumulável com qualquer outro benefício de idêntico fundamento, podendo o servidor beneficiado fazer jus à revisão, mediante renúncia do anterior, quando, após a concessão, vier a preencher 3 (três) anos de exercício em cargo em comissão ou função de confiança de maior remuneração, nos termos do caput deste artigo.

§ 6º O valor referente ao cálculo e a ser incorporado deverá corresponder ao valor atualizado da simbologia remuneratória vigente à época em que foi exercido o cargo em comissão ou função de confiança.

§ 7º O servidor beneficiado que exercer cargo em comissão ou função de confiança deverá optar pela percepção, enquanto perdurar esta situação, do adicional de estabilidade financeira de que trata este artigo ou da remuneração pertinente ao respectivo cargo em comissão ou função de confiança em exercício, respeitando-se as demais normas atinentes à espécie.

§ 8º O disposto no § 7º deste artigo não impede a efetiva incorporação do adicional de estabilidade financeira por exercício de cargo em comissão ou função de confiança.” (NR)

Art. 2º A incorporação do adicional de estabilidade financeira por exercício de cargo em comissão ou função de confiança se efetivará com a publicação desta Lei Complementar.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

O DELMO LEÃO  
Prefeito

Autoria: Prefeito

### PORTARIAS

PORTARIA Nº 47.928, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA OS SERVIDORES QUE MENCIONA COMO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 795/2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 2º, inciso XIX da Lei Municipal nº 12.619, de 17 de janeiro de 2017, e com fulcro no disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, em conformidade com o inciso III do artigo 58 e o artigo 67, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho

de 1993 e suas alterações, e em cumprimento ao Decreto nº 17.786, de 15 de outubro de 2018,  
RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados, no âmbito do Contrato Administrativo nº 795/2019, decorrente do processo de Licitação Tomada de Preço nº 369/2019, firmado entre o Município de Uberlândia e a empresa ELISMÁRIO PEREIRA MOREIRA-ME., cujo objeto consiste na execução de reforma da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Gláucia Santos Monteiro.

I – Cristina Eliza Cantelli Reis nº 19.902-8, ocupante do cargo de analista em Desenvolvimento Urbano – Engenheiro Civil, para a função de Gestor de Contrato, e na sua ausência ou impedimento legal, Marco Antônio de Castro Palhares Filho, Matrícula nº 29.670-8, ocupante do cargo de Assessor Administrativo e Financeiro; e

II – Pedro Aurélio de Sousa Barbosa, Matrícula nº 56.320-0, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para a função operacional de Fiscal de Contrato, e na sua ausência ou impedimento legal a servidora Alessandra Luiza Silva Cunha, Matrícula nº 56.326-9, ocupante do cargo de Engenheiro Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO  
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 47.929, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA IVONE DE OLIVEIRA LEÃO PARA RESPONDER PELO CARGO DE COORDENADOR DE DEFESA SOCIAL CC-6.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o inciso XX do artigo 2º da Lei nº 12.618, de 17 de janeiro de 2017, e inciso I do artigo. 3º do Decreto nº 16.926, de 5 de janeiro de 2017, e alterações, e com fulcro no artigo 55 da Lei Complementar nº 040 de 05 de outubro de 1992,  
RESOLVE:

Art. 1º Designar IVONE DE OLIVEIRA LEÃO, matrícula nº 20.985-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Segurança Patrimonial, Padrão 4, Nível de Qualificação Graduação, para responder pelo cargo de provimento em comissão de Coordenador de Defesa Social CC-6, da Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil, no período de 2 a 31 de dezembro de 2019, durante o impedimento do titular Gabriel Paulo Ribeiro, matrícula nº 21.365-9, em gozo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

MARLY VIEIRA DA SILVA MELAZO  
Secretária Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 47.930, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA VALERIA NAVES VASCONCELOS SOARES.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017, e nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de 1992, da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e do Decreto nº 9.490, de 10 de maio de 2004, alterado pelos Decretos nº 9.542, de 09 de julho de 2004 e 10.271, de 19 de maio de 2006 e nos termos dos Decretos nº 10.287, de 30 de maio de 2006 e 12.518, de 09 de novembro de 2010;

Considerando a compensação de valores referentes a licença prêmio convertida em pecúnia, com tributos, inscritos ou não em dívida ativa perante a Administração Direta, constante nos autos do processo 8.367/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal VALERIA NAVES VASCONCELOS SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo, de Oficial Administrativo, Padrão 12, Técnico, matrícula 15.675-2, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, a compensação de 08 (oito) dias de licença prêmio nos termos da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e suas alterações, referente ao período de efetivo exercício público municipal compreendido entre 12/06/2006 a 10/06/2011, conforme a Certidão de Contagem de Tempo de serviço datada de 29/05/2019, acostada aos autos do respectivo processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

HENCKMAR BORGES NETO  
Secretário Municipal de Finanças

PORTARIA Nº 47.931, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017, e nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de 1992, da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e do Decreto nº 9.490, de 10 de maio de 2004 e suas alterações;

Considerando a compensação de valores referentes à licença prêmio convertida em pecúnia, com tributos, inscritos ou não em dívida ativa perante a Administração Direta, constante nos autos do (s) processo (s),

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, a compensação de dias de licença prêmio nos termos da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e suas alterações, referente ao período de efetivo exercício público municipal descrito a seguir, conforme a Certidão de Contagem de Tempo de Serviço acostada aos autos do respectivo processo:

I – Adriana Aparecida Lino, matrícula nº 18.268-0, Professor I, Padrão 8, Especialização, período aquisitivo de 31/01/2009 a 30/01/2014, 03 (três) dias – Processo nº 8.349/2019;

II – Edineia Leila Gonçalves, matrícula nº 14.533-5, Professor I, Padrão 12, Especialização, período aquisitivo de 08/02/2002 a 12/02/2007, 01 (um) dia – Processo nº 8.089/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO  
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 47.932, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017, e nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de

1992, da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e do Decreto nº 9.490, de 10 de maio de 2004 e suas alterações;

Considerando a compensação de valores referentes à licença prêmio convertida em pecúnia, com tributos, inscritos ou não em dívida ativa perante a Administração Direta, constante nos autos do (s) processo (s),

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, a compensação de dias de licença prêmio nos termos da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e suas alterações, referente ao período de efetivo exercício público municipal descrito a seguir, conforme a Certidão de Contagem de Tempo de Serviço acostada aos autos do respectivo processo:

I – Brenda da Silva Faria, matrícula nº 19.195-7, Inspetor Escolar, Padrão 3, Especialização, período aquisitivo de 01/02/2006 a 30/01/2011, 04 (quatro) dias – Processo nº 8.154/2019;

II – Eliana Aparecida Silva Ferreira, matrícula nº 15.430-0, Profissional de Apoio Escolar, Padrão 11, Especialização, período aquisitivo de 31/01/2009 a 29/01/2014, 03 (três) dias – Processo nº 17.328/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO  
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 47.933, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017, e nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de 1992, da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e do Decreto nº 9.490, de 10 de maio de 2004 e suas alterações;

Considerando a compensação de valores referentes à licença prêmio convertida em pecúnia, com tributos, inscritos ou não em dívida ativa perante a Administração Direta, constante nos autos do (s) processo (s),

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, a compensação de dias de licença prêmio nos termos da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e suas alterações, referente ao período de efetivo exercício público municipal descrito a seguir, conforme a Certidão de Contagem de Tempo de Serviço acostada aos autos do respectivo processo:

I – Lais Maia, matrícula nº 25.784-2, Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º Ano, Padrão 4, Especialização, período aquisitivo de 06/02/2013 a 04/02/2018, 01 (um) dia – Processo nº 8.566/2019;

II – Marilucia Saide Cafrune, matrícula nº 26.647-7, Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º Ano, Padrão 4, Especialização, período aquisitivo de 14/03/2013 a 12/03/2018, 04 (quatro) dias – Processo nº 15.264/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO  
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 47.934, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017, e nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de 1992, da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e do Decreto nº 9.490, de 10 de maio de 2004 e suas alterações;

Considerando a compensação de valores referentes à licença prêmio convertida em pecúnia, com tributos, inscritos ou não em dívida ativa perante a Administração Direta, constante nos autos do (s) processo (s),

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, a compensação de dias de licença prêmio nos termos da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e suas alterações, referente ao período de efetivo exercício público municipal descrito a seguir, conforme a Certidão de Contagem de Tempo de Serviço acostada aos autos do respectivo processo:

I – Adriana de Souza Oliveira Remualdo, matrícula nº 23.970-4, Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º Ano, Padrão 4, Especialização, período aquisitivo de 01/10/2012 a 29/09/2017, 03 (três) dias – Processo nº 16.771/2019;

II – Marli Maria de Oliveira, matrícula nº 14.966-7, Professor de Língua Portuguesa, Padrão 11, Especialização, período aquisitivo de 01/01/2007 a 30/12/2011, 02 (dois) dias – Processo nº 10.793/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO  
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 47.935, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017, e nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de 1992, da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e do Decreto nº 9.490, de 10 de maio de 2004 e suas alterações;

Considerando a compensação de valores referentes à licença prêmio convertida em pecúnia, com tributos, inscritos ou não em dívida ativa perante a Administração Direta, constante nos autos do (s) processo (s),

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, a compensação de dias de licença prêmio nos termos da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e suas alterações, referente ao período de efetivo exercício público municipal descrito a seguir, conforme a Certidão de Contagem de Tempo de Serviço acostada aos autos do respectivo processo:

I – Juliane Cristina Ribeiro Borges de Souza, matrícula nº 18.449-7, Professor de Ciências da Natureza, Padrão 7, Mestrado, período aquisitivo de 01/02/2009 a 30/01/2014, 03 (três) dias – Processo nº 7.247/2019;

II – Renata Almeida Souza Santos, matrícula nº 14.001-5, Profissional de Apoio Escolar, Padrão 12, Especialização, período aquisitivo de 12/07/2006 a 10/07/2011, 48 (quarenta e oito) dias – Processo nº 16.791/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO  
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 47.936, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017, e nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de 1992, da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e do Decreto nº 9.490, de 10 de maio de 2004 e suas alterações;

Considerando a compensação de valores referentes à licença prêmio convertida em pecúnia, com tributos, inscritos ou não em dívida ativa perante a Administração Direta, constante nos autos do (s) processo (s),

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, a compensação de dias de licença prêmio nos termos da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e suas alterações, referente ao período de efetivo exercício público municipal descrito a seguir, conforme a Certidão de Contagem de Tempo de Serviço acostada aos autos do respectivo processo:

I – Isael Abadio Souza dos Santos, matrícula nº 7.989-8, Motorista, Padrão 14, Ensino Médio, período aquisitivo de 16/04/2007 a 22/04/2012, 13 (treze) dias – Processo nº 22.432/2019;

II – Jose Mauro dos Santos, matrícula nº 13.579-8, Agente de Serviços Gerais, Padrão 12, Ensino Fundamental Incompleto, período aquisitivo de 17/08/2003 a 26/08/2008, 08 (oito) dias – Processo nº 19.846/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

JOÃO BATISTA FERREIRA JUNIOR  
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 47.937, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA AMELIA RAMOS SOBRINHO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017, e nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de 1992, da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e do Decreto nº 9.490, de 10 de maio de 2004, alterado pelos Decretos nº 9.542, de 09 de julho de 2004 e 10.271, de 19 de maio de 2006 e nos termos dos Decretos nº 10.287, de 30 de maio de 2006 e 12.518, de 09 de novembro de 2010;

Considerando a compensação de valores referentes a licença prêmio convertida em pecúnia, com tributos, inscritos ou não em dívida ativa perante a Administração Direta, constante nos autos do processo 8.437/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal AMELIA RAMOS SOBRINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo, de Oficial Administrativo, Padrão 12, Especialização, matrícula 13.627-1, lotada

na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, a compensação de 03 (três) dias de licença prêmio nos termos da Lei Complementar nº 340, de 23 de janeiro de 2004 e suas alterações, referente ao período de efetivo exercício público municipal compreendido entre 20/03/2011 a 17/03/2016, conforme a Certidão de Contagem de Tempo de serviço datada de 29/05/2019, acostada aos autos do respectivo processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

JOÃO BATISTA FERREIRA JUNIOR  
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 47.938, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE O GOZO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA LIDIANE DE CASSIA SILVA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 1º, “IX” do Decreto nº 16.926, de 05 de janeiro de 2017 e com fulcro nos artigos 126 a 130 da Lei Complementar nº 040, de 05 de outubro de 1992,

Considerando o requerimento de Licença Prêmio,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal Lidiane De Cassia Silva, matrícula nº 17.587-0, ocupante do cargo de provimento efetivo, sob regime estatutário, de Professor I, Padrão 9, Nível de Qualificação Especialização, lotada na Secretaria Municipal de Educação, o gozo de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, de 20-11-2019 a 19-12-2019, referente ao período de efetivo exercício público municipal compreendido entre 30-07-2008 a 29-07-2013 conforme Certidão de Contagem de Tempo de Serviço datada de 04-11-2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO  
Secretária Municipal de Educação

## LICITAÇÃO PÚBLICA AVISOS E COMUNICADOS

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

REF: Licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº 646/2019  
HOMOLOGO, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, os atos de julgamento e de classificação por parte do Pregoeiro, do objeto licitado, referente à Licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº 646/2019, por considerar atendidas todas as disposições legais e aplicáveis à espécie, em especial ao ato convocatório regedor do certame, estando o processo perfeito e válido. E, ainda, ratifico a adjudicação pelo Pregoeiro, do objeto licitado, que é aquisição de produto (larvicida), conforme todas as especificações contidas no item 1.1 do Edital, à empresa: SOL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, onde o julgamento foi “menor preço”, cujo valor ofertado foi declarado vencedor e adjudicado por ser vantajoso para o Município de Uberlândia.

Uberlândia, 08 de novembro de 2019.

GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO  
Secretário Municipal de Saúde

Ata de Julgamento da Licitação Concorrência Pública n.º 568/2019 para Seleção e contratação de empresa habilitada para concessão administrativa para modernização, eficiência, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Uberlândia – MG em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos.

Aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2019 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Diretoria de Compras, presentes os membros da Comissão Especial de Licitação, nomeados através do Decreto Municipal n.º 18.216/2019, Maria Barbosa Policarpo, Arthur Lapa Medeiros, Rosiene Fernandes Pereira, Elvivo dos Santos Moreira, Vilma Martins da Cruz e Raphael Gonzaga Silveira, para proceder o julgamento final da Licitação Concorrência Pública 568/2019. Após análise criteriosa de toda documentação apresentada, a Comissão Permanente de Licitação declarou como classificadas as licitantes, conforme ordem de classificação abaixo:

Classificação	Empresa	Valor de Contraprestação Mensal
1º	Sadenco Sul-americana de Engenharia e Comércio LTDA	RS 1.063.744,79
2º	Consórcio Farol de Uberlândia	RS 1.236.084,00
3º	Consórcio Luz de Uberlândia	RS 1.287.700,00
4º	Consórcio Ilumina Uberlândia	RS 1.358.060,01
5º	Consórcio Uberluz	RS 1.365.999,00
6º	FM Rodrigues & CIA LTDA	RS1.385.500,00
7º	Consórcio IP Minas	RS 1.420.545,00
8º	Consórcio CONCIP	RS 1.426.274,00
9º	Consórcio Uberlândia LUZ	RS1.449.600,00
10º	Consórcio Uberlândia IP	RS1.562.083,34
11º	Consórcio TTE	RS 1.607.723,33

Em ato contínuo, a Comissão Especial de Licitações declara a empresa Sadenco Sul-americana de Engenharia e Comércio LTDA habilitada e, por conseguinte, vencedora do presente certame. Esta decisão será submetida à autoridade superior para adjudicação e homologação. Fica aberto o prazo para o contraditório e a ampla defesa. Nada mais a tratar, a sessão foi encerrada e a presente ata por todos assinada.

Maria Barbosa Policarpo  
Rosiene Pereira Fernandes  
Vilma Martins da Cruz

Arthur Lapa Medeiros  
Elvivo dos Santos Moreira  
Raphael Gonzaga Silveira

## RETIFICAÇÃO NO ATO DE JULGAMENTO

No Ato de Julgamento da Tomada de Preços n.º 347/2019, datado de “Uberlândia, 28 de outubro de 2019”, publicado no Diário Oficial do Município n.º 5737, de 29 de outubro de 2019,

Onde se lê:  
“... 384.268,29...”.

O correto é:  
“... 384.269,71...”.

MARIA ODETE MARCELINA VIEIRA  
EUDES EUSTÁQUIO CÂNDIDO  
RENAN LEON DE LIMA

## EXTRATOS DE ATAS E CONTRATOS

EXTRATO CONTRATO N.º. 801/2019  
RDC REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO n.º: 00590/2019  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SMO  
CONTRATADA: DRESTE CONSTRUTORA LIMITADA CNPJ N.º: 23.138.373/0001-29  
RESPONSÁVEL LEGAL: LUIS FERNANDO SANTOS DE MARCELLO CPF N.º: \*\*\*.799.096-\*\* E LUIZ FERNANDO VIOLATTI CPF N.º: \*\*\*.618.026-\*\*  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE RECAPEAMENTO DAS VIAS URBANAS, DO SETOR CENTRO-SUL, CENTRO-OESTE E OUTROS, EM UBERLÂNDIA-MG, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA

VALOR: R\$26.217.952,86 ( VINTE E SEIS MILHÕES, DUZENTOS E DEZESSETE MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS ).

FICHA/DOTAÇÃO: 28838-1-631-15-451-3008-449051-1301

PRAZO DE VIGÊNCIA: 04/10/2019 até 03/10/2020

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019

## DIVERSOS

### EDITAL DE CADASTRO PRÉVIO MOTOFRETE E MOTOTÁXI

O Secretário Municipal de Trânsito e Transportes, no uso de suas atribuições legais, com o objetivo de adequar os serviços de Transporte Remunerado de Mercadorias – MOTOFRETE e atividades dos profissionais em Transporte de Passageiros em Veículos Automotores tipo motocicleta, motoneta e triciclo - MOTOTÁXI, nos moldes da Lei 11.494, de 17 de setembro de 2013, comunica que promoverá um CADASTRO PRÉVIO dos interessados na exploração de tais serviços, de acordo com as disposições estabelecidas neste Edital e em consonância com a legislação pertinente.

#### 1) Do quantitativo:

1.1) O cadastro prévio será feito para tantos quantos forem os interessados na prestação dos serviços, sejam pessoas físicas na condição de autônomas ou empresários individuais.

#### 2) Do cadastramento:

O cadastro de que trata este edital, será realizado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, no período de 02/12/2019 até 30/12/2019, na Rua Martinésia, n.º 245, Centro, das 12 h às 17 h, junto ao Núcleo de Serviços de Táxi e Transportes Diversos.

2.1) Os interessados deverão apresentar no ato do credenciamento os seguintes documentos:

- RG;
- CPF – para pessoas físicas na condição de autônomos;
- CNPJ – para os empresários individuais;
- Duas fotos 3X4 coloridas e recentes;
- Comprovante de residência atual;
- Carteira Nacional de Habilitação na modalidade “A” emitida há pelo menos 02 (dois) anos.

2.1.1 - Os documentos necessários para o cadastro deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original. Os documentos obtidos via internet terão sua autenticidade verificada através dos sites referentes.

2.1.2 - Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade estipulados pelo órgão emissor. Não será permitido protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital.

2.1.3 - Os documentos que não tiverem o prazo de validade fixado pelo respectivo órgão emissor, serão considerados válidos por 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

2.2 – O Cadastramento Prévio não pressupõe a participação em licitações ou chamamentos públicos. Os interessados deverão acompanhar a divulgação dos editais através do Órgão Oficial de divulgação do município (Diário Oficial do Município), no quadro de avisos, no site do município: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

2.3- Todos os interessados se declaram cientes de que a falsidade na apresentação de documentos e informações quanto às condições de participação neste Edital sujeitarão às penalidades previstas na legislação de vigência.

Uberlândia, 11 de novembro de 2019.

**DIVONEI GONÇALVES DOS SANTOS**  
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Para fins do artigo 2º da Lei nº 9452 de 20/03/97 ficam notificados todos os interessados que foram liberados os seguintes valores pertencentes ao Município de Uberlândia.

ORIGEM	VALOR	DATA LIBERAÇÃO
FMS SUS CUSTEIO	1.743.710,08	08/11/2019
FPM	3.214.699,19	08/11/2019
ITR	463.385,02	08/11/2019
IPM	324.423,46	08/11/2019
FUNDEB	3.124.410,16	08/11/2019
PMU PTE SEE	19.876,34	08/11/2019
PMU PRO-URG META 2012	75.000,00	08/11/2019

**VILMA MARTINS DA CRUZ**  
Tesoureiro Geral

## AVISO DE ALTERAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO ALI – AGENTE LOCAL DE INOVAÇÃO

O SEBRAE – MG torna público aos interessados nova data de realização do certame e as alterações do Chamamento elencadas abaixo:  
Alteração do item 1.0 do Chamamento Público, que passa a ter a seguinte redação:

· As inscrições continuam sendo realizadas presencial e pessoalmente, pelo dono da empresa candidata no escritório do SEBRAE, situado na Av. João Naves de Ávila, 2627, telefone (34) 3237-2270, das 08:30hrs às 17:30hrs, bem como poderão ser realizadas junto às instituições sem fins lucrativos de apoio empresarial, que se manifestarem interessadas.

Alteração do item 1.1 do Chamamento Público, que passa a ter a seguinte redação:

· As inscrições do Projeto ALI – Agente Local de Inovação, serão prorrogadas até completarmos as 360 (trezentos e sessenta) vagas disponíveis para as micro e pequenas empresas que tenham faturamento anual de até R\$4.800.000,00/ano dos setores: indústria, comércio ou serviço.

**FABIANO ALVES PEREIRA**  
Analista Sebrae Minas

mediante Decreto nº 11.885, de 21 de outubro de 2003, com base no art. 5º-A, § 2º, da Lei Complementar nº 309/03, acrescido pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 315/03, e o disposto no inciso XXX, do artigo 6º, do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o Ofício nº 610/2019 - SEDEST/DIBPPS – Assessoria De Proteção Social Básica, respectivamente de 11 de outubro de 2019, (protocolo nº. 2019011939), que relaciona os usuários dos serviços de água esgoto que requereram os benefícios do “fundo social residencial”,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder isenção dos valores discriminados nas faturas mensais futuras, com o consumo de água, utilização da rede de esgoto, por um período de até 12 (doze) meses, ao usuário do serviço, no imóvel abaixo relacionado:

Nº	REQUERENTE:	ENDEREÇO:	CODIGO IMOVEL:
I.	ALDENIRA DOS SANTOS CARNEIRO	RUA DO CATETO, 210	00-04-0704-04-04-0021-0000
II.	ALMERINDA SILVA OLIVEIRA	AV. AMERICO ATTIE, 200, AP 02, BL 09	00-04-0301-09-13-0002-0257
III.	ANA CLAUDIA SILVA ARAUJO	RUA DA JAGUATIRICA, 1141	00-04-0604-01-06-0023-0000
IV.	ANA MARIA DA SILVA	RUA LUCIA FONSECA ATTIE, 261, AP 05, BL 09	00-04-0301-09-13-0003-0260
V.	ANA MARIA SILVA MACHADO	RUA MARIO FARIA, 334	00-02-0303-15-18-0002-0000
VI.	AURISIA DOMINGOS DE OLIVEIRA	RUA JURUBEBA, 120	00-55-0505-55-55-0548-0159
VII.	BENJAMIN FERNANDES ROSA	AV. VISCONDE DE MAUA, 405	00-02-0103-10-09-0014-0000
VIII.	CARMEN SILVA DE PAULA	RUA JAMILÉ CALIL ATTIE, 191, APTO 207, BL 01	00-04-0301-09-13-0006-0014
IX.	CELIA DE SENA VITORIANO	RUA DO QUEIXADA, 461	00-04-0704-04-04-0060-0000
X.	CORINA MARIA DE SOUZA	RUA JOAO BARRO, 356	00-04-0102-05-01-0004-0000
XI.	DANIELA LANA DE OLIVEIRA CARVALHO	RUA MUTUM, 73	00-02-0601-13-14-0026-0000
XII.	DEVANIR TEIXEIRA DA SILVA	RUA MANDI, 41	00-04-0603-15-01-0030-0000
XIII.	ELBA VIEIRA DE FREITAS SILVA	RUA LOS ANGELES, 280, CASA 01	00-03-0401-02-02-0056-0000
XIV.	ELIANE APARECIDA GONCALVES DE OLIVEIRA	RUA LUCIA FONSECA ATTIE, 151, AP 305, BL 08	00-04-0301-09-13-0004-0244
XV.	ELIANE CRISTINA DE PAULA SILVA	RUA CHAPADA DO APODI, 719	00-03-0303-07-13-0010-0000
XVI.	ELIZETE FARIA PEREIRA	AV. ADOLFO FONSECA, 904	04-03-1319-05-05-0005-0000
XVII.	EURIDES MARIA DE SOUZA	RUA PORTO, 50	00-04-0402-03-11-0003-0000
XVIII.	FLAVIA DE OLIVEIRA PEREIRA	RUA JUVENILIA MOTA LEITE, 800	00-03-0105-03-06-0029-0000
XIX.	FRANCIELE MARTINS DOS SANTOS	RUA JAMILÉ CALIL ATTIE, 191, APTO 207, BL 04	00-04-0301-09-13-0006-0110
XX.	GERALDA PERES RAMOS	RUA MADAGASCAR, 505	00-03-0203-04-21-0020-0000
XXI.	GESSYCA PAINS DOS SANTOS SANTIAGO	RUA PIAPARA, 530	00-04-0604-03-03-0050-0000
XXII.	IRISCLEA SANTANA DE OLIVEIRA	RUA DA SUCUARANA, 260	00-04-0604-02-09-0064-0000
XXIII.	IZONILDA APARECIDA DE SOUZA	RUA LUCIA FONSECA ATTIE, 151, AP202, BL 04	00-04-0301-09-13-0004-0105
XXIV.	JAIMES PEREIRA DE SOUZA	RUA LUCIA FONSECA ATTIE, 261, AP 104, BL 03	00-04-0301-09-13-0003-0075
XXV.	JESSICA DA SILVA RIBEIRO	RUA DO PUNARE, 351	00-04-0603-14-04-0003-0000
XXVI.	JOANA DARC DO NASCIMENTO	RUA MANOEL CATOCO, 402	04-55-0505-55-55-0378-0060
XXVII.	JOAO HENRIQUE DA COSTA ALVES	RUA DO BATUIRUCU, 245	00-04-0503-13-03-0007-0000
XXVIII.	JOAO PEDRO DA SILVA	RUA EURIPEDES AGOSTINHO DE SOUZA, 102	00-02-0303-08-02-0004-0000
XXIX.	KARLA APARECIDA SERAFIM	RUA DO CORUÇAO, 324	00-04-0603-16-02-0044-0000
XXX.	LIDIA PIRES MACIEL BARBOSA	RUA ANTONIO MARCOS GALVAO, 105	00-04-0404-01-06-0044-0000
XXXI.	LINDALVA MARIA DE JESUS SILVA	RUA ANTONIO LAZARO MACHADO, 330	00-03-0104-05-05-0068-0000
XXXII.	LIVIA SILVESTRE CARDOSO	RUA DO GATO-PALHEIRO, 1001	00-04-0604-01-03-0004-0000
XXXIII.	LOURDES JUSTA DA SILVA	RUA LOURIVAL BORGES DE OLIVEIRA, 56	00-03-0104-11-14-0005-0000
XXXIV.	LUANA CRISTINA PACHECO DE LIMA	RUA CACILDA DE OLIVEIRA ALVES, 125	00-04-0403-14-07-0045-0000
XXXV.	LUIZA GONZAGA MOREIRA	AV. ADOLFO FONSECA, 876	04-03-1319-05-05-0006-0000
XXXVI.	MARIA ABADIA DE AVILA	PRAÇA NICOLAU FERES, 60	00-01-0101-07-14-0015-0001

## RESOLUÇÃO Nº 48 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

### CONCEDE ISENÇÃO NAS CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Diretor Geral do DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso X, do art. 2º, da Lei Delegada nº 036, de 5 de junho de 2009, e o Inciso XXX, do art. 6º do Regimento Interno do DMAE, aprovado





## ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

REF: Convite nº 132/2019

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de tubo PEAD azul PE-80, 20mm x 2,3mm, de parede, NTS 048PN IMPA, para ligação de água predial, com a finalidade de atender as necessidades do DMAE, em atendimento à Diretoria Técnica.

O Diretor Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, no uso de suas atribuições legais atendendo o disposto no art. 38, inciso VII c/c art. 43 inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, com base no Parecer Jurídico expedido pela Procuradoria Administrativa Adjunta e acolhendo a recomendação da Comissão Permanente de Licitação, ADJUDICA o objeto licitado, "Contratação de empresa para fornecimento de tubo PEAD azul PE-80, 20mm x 2,3mm, de parede, NTS 048PN IMPA, para ligação de água predial, com a finalidade de atender as necessidades do DMAE" à licitante JE Materiais para Saneamento e Construção Eireli - EPP no valor de R\$ 2,75/m, totalizando R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais) para 8.000 metros e, HOMOLOGA, os procedimentos do processo licitatório nº 132/2019, modalidade Convite, por perfeitos seus atos, em atendimento à Diretoria Técnica.

Uberlândia, 07 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO FERREIRA

Diretor Geral do DMAE

## ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Ref: Processo Dispensável nº 139/2019

O Diretor Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 5407 de 26 de junho de 2018 e do Decreto nº 16.926 de 05 de janeiro de 2017, atendendo o disposto no artigo 38, inciso VII, c/c art. 43, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, referente ao Processo de Dispensa nº 139/2019, Dispensável à licitação, fundamentado no artigo no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, confirmando todos os atos praticados ADJUDICA os atos do processo e HOMOLOGA o seu objeto à empresa ARGUS TECNOLOGIA EIRELI, no valor total de R\$4.760,00 (quatro mil, setecentos e sessenta reais), o qual consiste na contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de desenvolvimento de novas funcionalidades, implantação, treinamento e orientação acerca de versão atualizada do software para captura e apuração de ponto em relógio eletrônico, para até 1.200 (um mil e duzentos) funcionários e estagiários do DMAE; em atendimento à Diretoria Administrativa.

Uberlândia, 07 de novembro de 2019

PAULO SÉRGIO FERREIRA

Diretor Geral

## EXTRATO DO SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2019

CONTRATANTE: Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE.

CONTRATADA: Grupo Máquinas Ltda - ME - CNPJ nº 29.230.743/0001-30

REPRESENTANTE DA CONTRATADA: Kátia Fabiana Miranda Cristino, CPF sob o nº. ---.407.606. —

OBJETO: Constitui objeto do presente aditamento, a inclusão de 02 máquinas, sendo 01 retroescavadeira e 01 escavadeira, no Anexo I, Lote I da cláusula 2.5 do Contrato nº 018/2019, cujo objeto consiste na manutenção mecânica em geral em bombas hidráulicas, condutas, conexões, reparos, cardans, rolamentos comandos hidráulicos, êmbolos, embuchamentos, cilindros hidráulicos, pinos, buchas, eixos, serviço de solda e torno para a fabricação das peças, com fornecimento de peças, nos equipamentos guindastes hidráulicos, escavadeiras hidráulicas estacionárias e roçadeiras, em atendimento à Diretoria Administrativa, permanecendo as demais cláusulas inalteradas.

FUNDAMENTAÇÃO: O presente aditamento fundamenta-se na Cláusula Oitava do Contrato original, no artigo 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, no Memorando Interno nº 8864/2019, bem com os demais documentos que ficam fazendo parte integrante do presente Aditamento.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 150/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 018/2019.

DATA DE ASSINATURA: Uberlândia (MG), 07 de novembro de 2019.

## EXTRATO DO SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2019

CONTRATANTE: Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE.  
CONTRATADA: Casa da Transmissão Caminhões, Motores e Peças Ltda, CNPJ nº 02.933.193/0001-69

REPRESENTANTE DA CONTRATADA: João Batista Gomes Pelegrini, CPF nº \*\*\*.440.886-\*\*

OBJETO: Constitui objeto do presente aditamento, a inclusão de veículos na cláusula 2.5 do contrato nº 027/2019, cujo objeto consiste na prestação de serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, com fornecimento de peças nos veículos, da frota própria do DMAE, permanecendo as demais cláusulas inalteradas.

FUNDAMENTAÇÃO: O presente aditamento fundamenta-se na Cláusula Oitava do Contrato original, no artigo 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como nos demais documentos que ficam fazendo parte integrante do presente aditamento.

PROCESSO LICITATÓRIO: 155/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 027/2019.

DATA DE ASSINATURA: Uberlândia (MG), 07 de novembro de 2019.

## EXTRATO DO SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2018

CONTRATANTE: Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE.

CONTRATADA: UDICRONO - Instalação e Manutenção em Cronotacógrafos Ltda - CNPJ nº 21.351.967/0001-98.

REPRESENTANTE DA CONTRATADA: Vanderlei Rabelo dos Santos, CPF sob o nº. ---.367.326. —

OBJETO: Constitui objeto do presente aditamento, a inclusão de viaturas na relação constante da cláusula 2.1 do Contrato nº 049/2018, cujo objeto consiste na prestação de serviços em aferição, selagem e ensaio metrológico dos cronotacógrafos, com a Guia de Recolhimento da União – GRU quitada, inclusa no atendimento, em atendimento à Diretoria Administrativa, permanecendo as demais cláusulas inalteradas.

FUNDAMENTAÇÃO: O presente aditamento fundamenta-se na Cláusula Oitava do Contrato original, no artigo 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, no Memorando nº 8864/2019, bem com os demais documentos que ficam fazendo parte integrante do presente Aditamento.

PROCESSO LICITATÓRIO: Convite nº 015/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 049/2018.

DATA DE ASSINATURA: Uberlândia (MG), 07 de novembro de 2019.

## JUSTIFICATIVA

UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria Administrativa do DMAE.

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1276/2019

REQUISICÕES INTERNAS nº: 4744/2019, 4745/2019, 4747/2019 e 4749/2019.

OBJETO: O presente objeto tem como finalidade a aquisição de serviços técnicos profissionais de desenvolvimento de novas funcionalidades, implantação, treinamento na própria sede e orientação acerca de versão atualizada do Software para captura e apuração de ponto em relógios eletrônicos para até (um mil e duzentos) funcionários e estagiários, atendendo as necessidades da Gerência de Recursos Humanos, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, para o Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE.

CONTRATADA: ARCUS TECNOLOGIA EIRELI.  
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$4.760,00 (Quatro mil, setecentos e sessenta reais).

MODALIDADE: Dispensável a Licitação nº 139/2019 do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, preconizada no Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para atender as despesas decorrentes desta contratação será utilizado recurso constante da seguinte Dotação Orçamentária: 17.01.17.122.7001.2.381.3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Diretoria Administrativa.

O Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, diante da necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de desenvolvimento, implantação, treinamento acerca da versão atualizada do software para captura e apuração de ponto eletrônico, em atendimento a Diretoria Administrativa, durante o exercício de 2020, deu ensejo ao Processo Administrativo 1276/2019, para realização da referida contratação por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Consta do referido processo administrativo a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a contratação. Na pesquisa de preços de mercado a empresa vencedora foi a que apresentou o menor preço.

O valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea “a” e no art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93, que dispõe quanto a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93 assim dispõe:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

Por conseguinte, o art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei Geral de Licitações, alterado pelo Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, dispõe:

“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)”.

A empresa selecionada no processo administrativo encontra-se apta para realizar o serviço contratado, conforme certidões negativas apensadas, e o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, atendidos, portanto, os princípios que regem a Administração Pública, especialmente no que diz respeito aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade.

Nas palavras do doutor professor Marçal Justen Filho:

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre Concorrência, Tomada de Preços e Convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.” (Art. 24, Item 7 – Contratação com valor reduzido, do Livro “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos [Livro Eletrônico] / Marçal Justen Filho. – 2ª Edição em ebook baseada na 17 Edição Impressa – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016).”

A contratação ora analisada atende todos os requisitos legais, não havendo nada que pese contra a sua realização, estando devidamente acompanhada de todos os documentos necessários, atendidos todos os princípios que regem a Administração Pública.

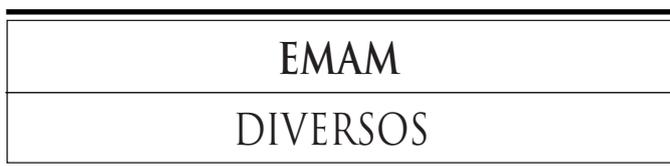
Portanto, a dispensa à licitação, para a contratação da empresa Arcus Tecnologia Eireli, é a modalidade que incorpora os interesses administrativos do DMAE, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei de Licitações, por se tratar de serviços com o valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo 23 da referida legislação, ficando justificado e comprovado, através da requisição informatizada, Justificativa da Diretoria requisitante, Termo de Referência e demais documentos parte do processo administrativo.

Uberlândia - MG, 07 de novembro de 2019.

IVAN DA SILVA NUNES  
Diretor Administrativo do DMAE

Ratifico a presente contratação nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, data supra.

PAULO SÉRGIO FERREIRA  
Diretor Geral do DMAE



PORTARIA Nº 055, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA NA FORMA DE REINTEGRAÇÃO COM EFEITOS À PARTIR DE 02 DE SETEMBRO DE 2019, PARA O EMPREGO PÚBLICO EM CONFIANÇA, DE ACESSORA GERENCIAMENTO

DE OBRAS, SERVIÇOS E ESTOQUE, DA EMPRESA MUNICIPAL DE APOIO E MANUTENÇÃO – EMAM, IASMYN RIBEIRO DE FREITAS.

O Diretor Executivo da Empresa Municipal de Apoio e Manutenção – EMAM, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 8º, XX, com fundamento no parágrafo 2º, do Artigo 6º da Lei Municipal nº 12.615, de 16 de janeiro de 2017 e,

Considerando os termos do Acordo Judicial homologado no Processo nº 0011088-33.2019.503.0043, que tramita na 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Uberlândia,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada Iasmyn Ribeiro de Freitas, à partir de 02/09/2019, para o emprego público em confiança, de Assessora Gerenciamento de Obras, Serviços e Estoques, da Empresa Municipal de Apoio e Manutenção – EMAM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 06 de novembro de 2019.

LUIZ CARLOS DO EGYPTO  
Diretor Executivo EMAM

## REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC rege-se pelas disposições da Lei Federal 13.303/16 e em atendimento às finalidades previstas no Estatuto Social da EMAM - Empresa Municipal de Apoio e Manutenção.

Parágrafo único. O procedimento licitatório destina-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios de direito privado, os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 13.303/16.

Art. 2º As contratações da EMAM deverão ser realizadas em função seu objeto social.

Art. 3º As licitações de que tratam este regulamento observarão a sequência de fases previstas no artigo 51 da Lei nº 13.303/16.

Art. 4º Os procedimentos licitatórios realizados no âmbito da EMAM terão acesso público.

### CAPÍTULO II DO PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Art. 5º As compras e contratações deverão ser orientadas pelo planejamento estratégico da EMAM e pelo orçamento anual aprovado.

Art. 6º As aquisições e contratações da EMAM serão, em regra, realizadas mediante procedimento licitatório, salvo os casos previstos na legislação.

Art. 7º As aquisições e contratações serão antecedidas por planejamento prévio e detalhado, com a finalidade de otimizar o desempenho da EMAM, proteger o interesse público envolvido, com transparência e equidade, com vistas a maximizar seus resultados econômicos e finalidades estatutárias.

Parágrafo único. O planejamento será iniciado com a identificação da necessidade e por meio da elaboração do termo de referência e ou projeto básico, com as especificações técnicas necessárias.

Art. 8º Nenhuma licitação, dispensa, inexistência, assinatura de contrato proveniente de Ata de Registro de Preços - ARP, prorrogação e aditivo contratual, poderá ser feita sem que a área responsável emita ateste de disponibilidade financeira, exceto dispensa em função de valor devidamente prevista no exercício.

Art. 9º O planejamento e a responsabilidade pelas demandas de compras na EMAM ficaram a cargo do respectivo solicitante.

Art. 10. As compras deverão ser planejadas, inclusive aquelas decorrentes de dispensa em função de valor.

Art. 11. O planejamento tem como objetivo realizar melhores compras, com economia processual e com menores custos para a EMAM.

Art. 12. O planejamento de novas aquisições de produtos ou contratação de serviços deve evitar vinculação ou dependência a um único fornecedor, exceto em caso de exclusividade comprovada na forma da lei ou padronização.

Art. 13. Identificada a necessidade da contratação de determinado serviço ou de aquisição, locação ou alienação de determinado bem ou ativo, ou execução de obras, a área gestora deverá relacionar os resultados esperados, definir os requisitos necessários e suficientes ao seu atendimento e ainda:

I - avaliar as alternativas internas para atendimento da demanda, quantificando, valorando de cada uma delas;

a) não havendo ou não sendo conveniente a adoção de alternativa interna, estudar as soluções existentes no mercado (inclusive com consultas a outras estatais), quantificando, valorando e avaliando os riscos de cada uma delas;

II - ponderar as soluções existentes, optando, justificadamente, pela mais vantajosa;

III - elaborar o termo de referência, o anteprojeto de engenharia, o projeto básico ou o projeto executivo, conforme o caso.

Art. 14. O planejamento deverá observar, dentre outros, os seguintes pressupostos:

I - identificação da necessidade;

II - definição do modelo de contratação;

III - apresentação da relação custo/benefício da contratação.

## SEÇÃO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 15. O termo de referência é documento obrigatório, integrante do edital, elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares, e deverá conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto da licitação e deverá estabelecer as condições relativas à aquisição ou à prestação de serviço pretendida.

Art. 16. O envio do termo de referência para a área de competente é condição para realização de pesquisa de preços, indispensável para verificação de recursos suficientes para cobrir as despesas decorrentes da contratação/aquisição.

Art. 17. Cabe à área gestora em conjunto com a área responsável pela especificação técnica, elaborar o termo de referência.

Parágrafo único. Deverá constar do termo de referência, no mínimo:

I - prazo de vigência deverá indicar o prazo contratual, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) anos, exceto:

a) quando a execução do escopo do contrato seja incompatível com a previsão de duração máxima de 5 (cinco) anos para projetos;

b) quando a prática do mercado for a celebração por prazo superior a 5 (cinco) anos e a imposição deste prazo onere ou inviabilize a execução do negócio;

Art. 18. O termo de referência deverá ser elaborado e assinado pela(s) área(s) responsável(is).

Art. 19. Se houver necessidade de alteração da especificação técnica após a publicação do edital, deverá ser encaminhada a justificativa da alteração, assinada pela área que elaborou o termo de referência, para a área competente compor o processo.

Parágrafo único. O edital deverá ser republicado, contando-se novamente os prazos legais.

Art. 20. Em qualquer contratação, caberá às áreas que elaboraram o termo de referência a avaliação e aprovação da qualificação técnica e das propostas comerciais dos fornecedores.

## Subseção I Da Especificação Técnica

Art. 21. A especificação técnica é um dos elementos essenciais do termo de referência.

Art. 22. A especificação técnica deverá considerar o volume a ser adquirido, a fim de atender aos requisitos legais e as necessidades da EMAM.

Art. 23. No caso de dispensa de licitação em função de valor, com entrega imediata de poucas quantidades, a especificação técnica deverá considerar essa condição para o estabelecimento de exigências simplificadas.

Art. 24. A área gestora de uma compra deverá encaminhar à área de competente a especificação técnica completa do produto a ser adquirido ou do serviço a ser prestado, com individualização dos itens, com vistas a subsidiar a pesquisa de mercado.

## SEÇÃO II DO PROJETO BÁSICO

Art. 25. O projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para, observado o disposto no inciso VIII, do art. 42 da Lei nº 13.303/16, caracterizar a obra ou o serviço de engenharia, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução e deverá conter os seguintes elementos:

I - descrição do objeto;

II - fundamentação da contratação;

III - descrição da solução;

IV - requisitos da contratação;

V - modelo de execução do objeto;

VI - gestão do contrato;

VII - critérios de medição e pagamento;

VIII - forma de seleção do fornecedor;

IX - critérios de seleção do fornecedor;

X - natureza orçamentária.

## SEÇÃO III DO ORÇAMENTO ESTIMADO

Art. 26. O orçamento estimado é o preço identificado pela área gestora para o bem ou serviço que se pretende contratar, após a análise da pesquisa de mercado e avaliação da disponibilidade financeira e decisão da Diretoria Executiva.

§ 1º O orçamento estimado é o limite máximo a ser considerado na contratação.

§ 2º Este valor deverá constar da deliberação da Diretoria Executiva da EMAM que autoriza a contratação e a abertura do processo.

Art. 27. A pesquisa de preços, que servirá de base para o confronto e exame de propostas na licitação, deverá utilizar o maior número de fontes, em especial:

I - compras/contratações já realizadas pela EMAM, outras empresas estatais ou empresas privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da contratação pretendida, com preços devidamente atualizados por índices gerais ou setoriais para correção de contratos;

II - contratações similares realizadas por entes públicos;

III - valores registrados em atas de Sistema de Registro de Preço – SRP, cuja vigência tenha expirado há, no máximo, 12 (doze) meses;

IV - valores fixados por órgãos oficiais ou estabelecidos em publicações especializadas ou em sítios eletrônicos de fornecedores e de comparação de preços;

V - contratos firmados pela iniciativa privada em condições análogas às da Administração Pública;

VI - valores cotados por fornecedores atuantes no respectivo mercado;

VII - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

VIII - Portal de Compras – Banco de Melhores Preços;

IX - sítios eletrônicos especializados em manter bancos de preços atualizados;

X - pesquisas junto a fornecedores.

Art. 28. A pesquisa de preços deverá contemplar pelo menos 3 (três) preços para cada item de material ou serviço, identificados por meio das fontes acima indicadas.

§ 1º O resultado da pesquisa de preços poderá ser a média, mediana ou menor dos preços obtidos, que deverá retratar o preço praticado no mercado.

§ 2º Excepcionalmente será admitida a pesquisa com menos de 3 (três) preços mediante comprovação da área de competente, responsável pela pesquisa de preços, que todas as fontes possíveis foram consultada.

§ 3º A comprovação exigida no §2º deverá ser acompanhada de justificativa da área responsável pela elaboração do termo de referência, que demonstre adequação com os preços praticados no mercado.

§ 4º Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados pela área gestora ou Diretoria, e descritos no processo interno.

Art. 29. Quando feita pesquisa de preços de mercado, poderá ser solicitado às empresas pesquisadas, que forneçam esclarecimentos necessários à melhor definição do objeto a ser licitado e à elaboração do edital, tais como requisitos técnicos e certificações essenciais à execução do objeto licitado, bem como índices de reajuste e normas coletivas adotadas.

§ 1º O prazo para a apresentação de cotações pelas empresas consultadas será de até 3 (três) dias úteis, de acordo com a complexidade do objeto, podendo ser prorrogado se necessário.

§ 2º Cabe ao fornecedor colaborar com a EMAM no processo de apuração do preço de mercado e da vantajosidade da contratação nos casos de contratação direta e prorrogação contratual, mediante a apresentação de:

I - propostas que contemplem valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado, e que reflitam as especificações do termo de referência, do anteprojeto, do projeto básico ou executivo, conforme o caso, e sejam detalhadas, confiáveis e apresentadas em prazo adequado;

II - informações referentes aos preços cobrados perante outros clientes.

Art. 30. Caso se verifique, após a realização da pesquisa de preços, a necessidade de se alterar o termo de referência ou projeto básico, a área gestora deverá formular novo levantamento de preços, ressalvadas as hipóteses em que a mudança processada não afetar o valor da proposta ou a alteração do objeto.

Art. 31. O orçamento estimado da contratação será sigiloso, facultando-se a divulgação após a etapa de lances ou, quando adotado o modo de disputa fechado, até a abertura das propostas, mediante justificativa apresentada pela(s) área(s) responsável(ais) pela elaboração do termo de referência, na fase de preparação nos termos do artigo 34 da Lei nº 13.303/16.

#### SEÇÃO IV

#### DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO – PMI

Art. 32. A EMAM poderá adotar Procedimento de Manifestação de Interesse Privado (PMI), para o recebimento de propostas e projetos de empreendimentos com vistas a atender necessidades previamente identificadas.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Privado destina-se à apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos por pessoa física ou jurídica de direito privado, espontaneamente ou a pedido da EMAM.

§ 2º A avaliação e a seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados serão efetuados por comissão designada pela EMAM.

§ 3º O Procedimento de Manifestação Interesse Privado será aberto mediante chamamento público, a ser promovido de ofício pela EMAM ou por provocação de pessoa jurídica ou física interessada.

§ 4º O Procedimento de Manifestação Interesse Privado será composto das seguintes fases:

I - abertura, por meio de publicação oficial, de edital de chamamento público;

II - apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

III - avaliação, seleção e aprovação.

Art. 33. O autor ou financiador do projeto poderá participar da licitação para execução do objeto da Manifestação de Interesse Privado desde que promova a cessão dos direitos relativos aos seus projetos, levantamentos, investigações, estudos e quaisquer outros documentos apresentados no procedimento.

#### CAPÍTULO III

#### DO AGENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Art. 34. Todos os profissionais envolvidos nos procedimentos mencionados neste RILC deverão possuir conhecimento técnico condizentes com a natureza e complexidade do objeto licitado.

Art. 35. Os papéis do agente de licitação, do pregoeiro e da Comissão Especial de Licitação – CEL serão desempenhados por empregados nomeados por portaria de diretoria.

§ 1º A nomeação de agente de licitação e pregoeiro será válida por até 1 (um) ano e a da CEL será de acordo com o ato de nomeação não podendo ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

§ 2º A CEL somente deliberará com a presença de 3 (três) membros, sendo um deles, necessariamente, o presidente.

Art. 36. O agente de licitação e/ou pregoeiro serão auxiliados por equipe de apoio e/ou por equipe técnica.

Parágrafo único. O papel da equipe de apoio dos processos licitatórios será desempenhado por empregados nomeados por portaria de diretoria ou por convocação do pregoeiro.

Art. 37. O empregado que participar dos procedimentos de licitação e contratação poderá ser responsabilizado civil ou administrativamente, em caso de ilícitos administrativos, observadas, em todo caso, a segregação de funções e a individualização das condutas.

Art. 38. Todo processo de licitação será realizado por agente de licitação e/ou pregoeiro, salvo quando a complexidade do objeto licitado exigir a atuação da CEL.

Art. 39. Os empregados membros das comissões especiais de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados, salvo se for consignado posição individual divergente, devidamente fundamentada e registrada na ata em que adotada a decisão.

Art. 40. Em observância ao princípio da segregação de funções, os profissionais deverão exercer funções compatíveis com tal princípio.

#### CAPÍTULO IV DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Art. 41. O instrumento convocatório deverá, em regra, seguir as minutas-padrão de editais e contratos aprovados pela EMAM, devendo conter as informações constantes do termo de referência ou projeto básico.

Art. 42. O instrumento convocatório deverá conter, conforme o caso, os seguintes elementos:

I - objeto da licitação;

II - forma de realização da licitação, eletrônica ou presencial;

III - modo de disputa, aberto, fechado ou combinado, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;

IV - requisitos de conformidade das propostas;

V - prazo de apresentação de propostas;

VI - critérios de julgamento e os critérios de desempate;

VII - critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, sem prejuízo do sigilo do valor orçado, que será mantido até o final da etapa de negociação;

VIII - requisitos de habilitação;

IX - exigências, quando for o caso:

a) de marca ou modelo;

b) de amostra;

c) de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação como requisito para aceitação das propostas na licitação;

d) de carta de solidariedade emitida pelo fabricante;

X - prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta dias);

XI - prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos;

XII - prazos e condições para a entrega do objeto;

XIII - formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso;

XIV - exigência de garantias e seguros, quando for o caso;

XV - sanções;

XVI - data, horário e local (físico ou eletrônico) de realização do certame;

XVII - direito de preferência das ME e EPP;

XVIII - possibilidade ou não de subcontratação e as regras;

XIX - permissão de participação de consórcios, quando for o caso;

XX - outras indicações específicas da licitação.

Parágrafo único. Integram o instrumento convocatório, como anexos:

a) termo de referência, o projeto básico ou executivo, conforme o caso;

b) minuta do contrato, quando for o caso;

c) informações usualmente constantes do termo de contrato na hipótese de substituição por documentos equivalentes;

d) especificações complementares e as normas de execução;

e) matriz de risco, quando for o caso;

Art. 43. É vedado constar do instrumento convocatório, excetuando as possibilidades previstas neste RILC e que demandam de prévia motivação, as seguintes disposições:

I - cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, sem prévia motivação;

II - qualquer outra circunstância irrelevante para o específico objeto do contrato;

III - exigência de comprovação de atividades ou de aptidão, com limitações de tempo, época, locais específicos que inibam indevidamente a participação na licitação; salvo se justificados;

IV - utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Art. 44. Verificada a necessidade de alteração do edital, as seguintes providências serão adotadas, conforme o caso:

I - referindo-se a alteração à minuta padrão de edital ou de contrato, a área de competente alterará o edital e o submeterá à Assessoria Jurídica;

II - nos demais casos, a área gestora tomará as providências necessárias à alteração do termo de referência ou projeto básico, que deverá ser submetida à área de competente para publicação.

§ 1º Caso detectada a necessidade de alteração no termo de referência que afete o orçamento estimado, a área gestora deverá solicitar à área de competente a anulação do processo e autorização para novo procedimento com as especificações adequadas às necessidades da EMAM.

§ 2º O prazo de publicação deverá ser reaberto quando o edital e seus documentos anexos sofrerem alterações substanciais, que impactem na participação dos fornecedores e na elaboração de suas propostas.

§ 3º Alterações sobre aspectos formais, procedimentais e erros sanáveis, conforme dispõe a legislação em vigor, não acarretam reabertura do prazo de publicação do edital.

### SEÇÃO I DA HABILITAÇÃO

Art. 45. A habilitação é a etapa na qual se verifica o atendimento dos requisitos qualificadorios dos licitantes para a execução do objeto.

Art. 46. Para a habilitação será exigida dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - capacidade econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal.

Parágrafo único. Quando o critério de julgamento utilizado for maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados, admitindo-se o recolhimento de quantia certa, a título de adiantamento.

#### Subseção I Da Habilitação Jurídica

Art. 47. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade, no caso de pessoa física;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;

VI - termo de compromisso de constituição de consórcio, público ou particular, quando a licitação permitir a participação de empresas em consórcio nos termos deste RILC.

#### Subseção II Da Qualificação Técnica

Art. 48. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

I - ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente;

II - a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, permitida a exigência de quantidade mínima limitada a 50% (cinquenta por cento) do objeto e demonstração de que o licitante tenha executado serviços similares por um prazo mínimo, desde que proporcional ao objeto licitado;

III - apresentação de profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado;

IV - prova de requisitos de sustentabilidade ambiental, quando couber;

V - tratando-se de serviços profissionais, curriculum vitae com razoável extensão e profundidade, contendo: nome completo, nacionalidade, identidade, endereço, histórico profissional no qual se indique a formação;

VI - tratando-se de prestação de serviços/fornecimento de bens sujeitos à autorização por órgão de classe ou governamental, deverão ser apresentadas as respectivas autorizações ou certidões comprobatórias;

VII - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

VIII - quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, prever, sob pena de desclassificação, a realização de vistoria prévia;

IX - poderá ser exigida apresentação de outros documentos específicos em complementação aos acima referidos, se a natureza da contratação ou lei especial assim o exigir.

§ 1º Para a comprovação da quantidade mínima prevista no inciso II do caput, será admitida a somatória de atestados, conforme instrumento convocatório.

§ 2º Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela EMAM.

§ 3º A documentação de qualificação técnica será analisada pela equipe de apoio segundo os critérios de julgamento fixados no instrumento convocatório. Os fundamentos do julgamento da documentação de qualificação técnica deverão ser enviados ao agente de licitação, pregoeiro ou à CEL para autuação no processo e constarão da ata da sessão pública.

§ 4º A vistoria prévia não poderá ser realizada em data e horário simultâneos para os diversos interessados.

§ 5º Pode ser prevista a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto.

#### Subseção III Da Capacidade Econômico-Financeira

Art. 49. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á apresentação de balanço patrimonial do último exercício social exigível na forma da lei.

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio de cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório e devidamente justificados no processo administrativo de licitação, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados.

§ 2º A exigência constante no §1º limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir, vedada a fixação de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º A EMAM, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório, a exigência de patrimônio líquido mínimo, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser posteriormente celebrado.

§ 4º O valor do patrimônio líquido a que se refere o §3º não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização por índices oficiais.

§ 5º O edital poderá exigir outros índices contábeis de capacidade financeira não previstos neste Regulamento, devendo a exigência estar justificada pela área técnica requisitante no processo de licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da compra, obra ou serviço, nos limites estritamente necessários à demonstração da capacidade financeira do licitante, vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Subseção IV  
Da Regularidade Fiscal

Art. 50. Quanto à regularidade fiscal, poderá exigido dos licitantes a apresentação dos seguintes documentos:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, conforme o caso;

II - prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

III - certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - prova de regularidade perante a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, mediante a apresentação da Certidão de Débito Tributário – CDT.

V - declaração firmada pela Licitante nos termos do modelo anexo e com amparo do Decreto Federal nº 4.358/2002, e no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

VI - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal

§ 1º A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

§ 2º As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição, sendo-lhes concedido, no momento apropriado, o tratamento diferenciado e simplificado, nos termos do Decreto Municipal nº 10.972, de 12 de dezembro de 2007.

SEÇÃO II

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Art. 51. Os editais de licitação da EMAM deverão prever o direito de preferência da ME e EPP, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Deverão ser feitos editais para a participação exclusiva de ME e EPP, conforme determina legislação em vigor.

Art. 52. Aplicam-se às licitações as disposições sobre direito de preferência constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especificamente quanto a:

I - regularização de documentos de regularidade fiscal;

II - situações de empate ficto;

III - licitações de participação exclusiva quando o valor estimado para o item ou lote não ultrapassar o previsto na legislação vigente;

IV - reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto quando se tratar de aquisição de bens de natureza divisível;

Art. 53. Nas licitações em que após o exercício do direito de preferência de que trata o artigo anterior esteja configurado empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar nova proposta fechada, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

SEÇÃO III  
DAS AQUISIÇÕES DE BENS

Art. 54. A EMAM, na licitação para aquisição de bens, poderá:

I - indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir o único capaz de atender o objeto do contrato;

c) quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão “ou similar ou de melhor qualidade”;

II - exigir amostra do bem no procedimento de pré-qualificação ou na fase de julgamento das propostas ou de lances, desde que justificada a necessidade de sua apresentação, observado o disposto no art. 47, II, da Lei nº 13.303/16;

III - solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.

Parágrafo único. O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO).

SEÇÃO IV  
DAS ALIENAÇÕES DE BENS

Art. 55. A alienação de bens pela EMAM será precedida de:

I - avaliação formal do bem contemplado, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XV a XVII do artigo 29 da Lei nº 13.303/16;

II - licitação, ressalvado o previsto no §3º do artigo 28 da Lei nº 13.303/16.

§ 1º A avaliação formal será feita observando-se as normas regulamentares aplicáveis, admitindo-se a aplicação de redutores sobre o valor de avaliação apurado ou apreciação como bem sem valor econômico, nos casos em que custos diretos e indiretos, de natureza econômica, social, ambiental e operacional, bem como, riscos físicos, sociais e institucionais os autorizem, tais como:

a) incidência de despesas que não justifiquem a sua manutenção no acervo patrimonial da EMAM;

b) classificação do bem como antieconômico, ou seja, de manutenção onerosa ou que produza rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;

c) classificação do bem como irrecuperável, ou seja, aquele que não pode ser utilizado para o fim a que se destina ou quando a recuperação ultrapassar cinquenta por cento de seu valor de mercado, orçado no âmbito de seu gestor;

d) classificação do bem como ocioso, ou seja, aquele que apresenta condições de uso, mas não está sendo aproveitado, ou aquele que, devido a seu tempo de utilização ou custo de transporte não justifique o remanejamento para outra unidade ou, por último, aquele para o qual não há mais interesse;

e) custo de carregamento no estoque;

f) tempo de permanência do bem em estoque;

g) depreciação econômica gerada por decadência estrutural/física, desvirtuação irreversível como ocupações irregulares perpetuadas pelo tempo, bem como depreciação gerada por alterações ambientais no local em que o bem se localiza, como erosões, contaminações, calamidades, entre outros;

h) custo de oportunidade do capital;

i) outros fatores ou redutores de igual relevância;

§ 2º Caso o valor total de avaliação seja inferior à soma do valor total residual dos bens, será responsabilidade da Diretoria Executiva aprovar a avaliação.

§ 3º O desfazimento, o reaproveitamento, a movimentação e a alienação de bens inservíveis serão regulados e as normas serão definidas em instrumento normativo interno e poderão ocorrer mediante os seguintes procedimentos:

a) alienação gratuita ou onerosa;

b) cessão ou comodato;

§ 4º O bem considerado genericamente inservível para a EMAM deverá ser classificado como:

a) ocioso - situação em que o bem encontra-se em perfeitas condições de uso, mas não pode ser aproveitado;

b) recuperável - situação em que a recuperação for possível, mas o seu custo for considerado elevado, nos termos dos parâmetros definidos em diretriz estabelecida pela EMAM para o desfazimento de bens;

c) antieconômico - situação em que a manutenção do bem for onerosa ou seu rendimento for precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;

d) irrecuperável - situação em que o bem não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

#### SEÇÃO V DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

Art. 56. As regras de serviços de publicidade e divulgação aplicadas para as licitações e contratações são dispostas na Lei nº 13.303/16.

§ 1º É vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

§ 2º Serão aplicadas aos procedimentos licitatórios e aos contratos as normas gerais previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, de forma complementar.

Art. 57. Os serviços de publicidade serão contratados por agências de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei Federal nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento.

Art. 58. As despesas com publicidade da EMAM não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

Parágrafo único. O limite disposto no caput poderá ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da receita bruta do exercício anterior, justificada com base em parâmetros de mercado do setor de TI e aprovada pela Diretoria Executiva.

Art. 59. É vedado à EMAM realizar, em ano de eleição para o Governo do Município, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.

#### SEÇÃO VI DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Art. 60. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no instrumento convocatório;

III - apresentação dos documentos exigidos na habilitação por parte de cada consorciada, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada uma e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores na proporção de sua respectiva participação;

IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio.

Parágrafo único. O licitante vencedor ficará obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

#### SEÇÃO VII DAS CONTRATAÇÕES SIMULTÂNEAS

Art. 61. A EMAM poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa para executar o mesmo objeto, desde que não implique perda de economia de escala, quando objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado, garantido maior eficiência.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, deverá ser mantido o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada uma das contratadas e o instrumento convocatório deverá disciplinar os parâmetros.

#### SEÇÃO VIII DA PUBLICIDADE DOS ATOS

Art. 62. A divulgação é a etapa de publicidade da licitação e se dará no Diário Oficial do Município e na internet (Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia).

§ 1º Demais atos e procedimentos do processo, serão divulgados exclusivamente por meio eletrônico, nos termos definidos no instrumento convocatório.

§ 2º Serão observados os seguintes prazos mínimos para a apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório:

I - Para aquisição de bens:

a) 5 (cinco) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;

b) 10 (dez) dias úteis, nas demais hipóteses de julgamento;  
II - para contratação de obras e serviços:

a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;

b) 30 (trinta) dias úteis, nas demais hipóteses;

III - no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias úteis para licitação em que se adote como critério de julgamento a melhor técnica ou a melhor combinação de técnica e preço, bem como para licitação em que haja contratação semi-integrada ou integrada.

#### SEÇÃO IX DOS IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES OU SER CONTRATADO PELA EMAM

Art. 63. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela EMAM a pessoa jurídica:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da EMAM;

II - suspensa pela EMAM;

III - declarada inidônea pela administração pública do Município de Uberlândia enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea pela EMAM;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela EMAM;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea perante a EMAM, no período dos fatos que tenham dado ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea perante a EMAM, no período dos fatos que tenham dado ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que tenha participado, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

IX - que esteja sob regime de falência decretada, ou sob processo de dissolução ou liquidação;

X - que esteja sob processo de recuperação judicial ou extrajudicial, podendo o edital autorizar sua participação, desde que comprovadas condições objetivas de cumprimento do contrato e de garantia extra de execução.

§ 1º Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da EMAM;

b) empregado da EMAM cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade da Administração direta do Município a que a EMAM esteja vinculada;

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a EMAM ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

§ 2º Em toda licitação deverá ser apresentada declaração pelo licitante de não enquadramento em nenhuma hipótese de impedimento previsto em lei.

## SEÇÃO X DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Art. 64. Qualquer pessoa, licitante ou não, poderá apresentar pedidos de esclarecimentos ou impugnar o processo licitatório, observado o prazo de até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para a sessão.

Art. 65. A EMAM deve julgar e responder a impugnação ou pedido de esclarecimento em até 5 (cinco) 3 (três) dias úteis, conforme art. 87, §1º da Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2016.

Parágrafo único. No caso de necessidade de um aprofundamento maior da questão levantada pelo pedido de esclarecimento ou impugnação, o agente de licitação, o pregoeiro ou a CEL poderá decidir pelo adiamento da data inicialmente marcada para a sessão pública.

Art. 66. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser formalizados por escrito e enviados ao endereço eletrônico indicado no edital, observado o prazo indicado no artigo anterior.

Art. 67. As impugnações deverão, obrigatoriamente, ser formalizadas por escrito, devidamente fundamentadas e instruídas com indícios de provas, assinadas e protocoladas na EMAM, ou enviadas via correio, com aviso de

recebimento, aos endereços eletrônicos ou físicos indicados no edital de licitação, podendo o impugnante ser chamado a demonstrar a substância dos indícios apresentados, sob pena de responder por falsa alegação.

Parágrafo único. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos e impugnar os termos do edital a pessoa ou o licitante que não o fizer dentro dos prazos fixados neste regulamento.

Art. 68. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão comunicadas pelo agente de licitação, pregoeiro ou CEL a todos os interessados e passarão a integrar o processo licitatório.

Parágrafo único. O agente de licitação, o pregoeiro e a CEL contarão com o auxílio para da área técnica para responder questões de ordem técnica, e da Assessoria Jurídica, quanto se tratar de questões legais.

Art. 69. Caso a impugnação seja julgada procedente, a autoridade competente deverá, na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente; e o agente de licitação, o pregoeiro ou a CEL, na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:

I - republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

II - divulgar no site da EMAM a decisão da impugnação e o edital retificado, para conhecimento de todos os licitantes e interessados.

Art. 70. Caso a impugnação seja julgada improcedente, o agente de licitação, o pregoeiro ou a CEL deverá divulgar no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia a decisão, dando seguimento à licitação.

## CAPÍTULO V DA SESSÃO PÚBLICA

Art. 71. A fase externa da licitação iniciar-se-á com a convocação dos interessados mediante instrumento convocatório, devidamente publicado no Diário Oficial do Município e na internet.

## SEÇÃO I DOS TIPOS DE LICITAÇÃO

Art. 72. Os seguintes procedimentos licitatórios são utilizados pela EMAM:

I - licitação, obedecendo preferencialmente ao rito da modalidade pregão;

II - licitação pelo modo de disputa aberto, com disputa de lances, para situações onde o pregão não é cabível;

III - licitação pelo modo de disputa fechado, sem disputa de lances, com avaliação das propostas iniciais apresentadas;

IV - licitação combinando modos de disputa aberto e fechado.

Art. 73. A aquisição de bens ou serviços comuns, independentemente do valor, deve ser feita, por meio rito da modalidade pregão.

§ 1º Compete à área gestora a apresentação de justificativa técnica suficiente para a não adoção do rito da modalidade pregão para a aquisição de bens ou serviços comuns e deverá ter justificativa fundamentada na nota técnica.

§ 2º A licitação no rito da modalidade pregão não se aplica às contratações de obras e igualmente às locações imobiliárias e alienações em geral.

Art. 74. O orçamento estimado será sigiloso nas licitações, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas, facultando-se sua publicidade, quando justificado na fase de preparação.

§ 1º Na fase de negociação, o agente de licitação e/ou pregoeiro poderá optar por manter ou não o sigilo do orçamento estimado.

§ 2º O orçamento estimado também deverá ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno, devendo a EMAM registrar em documento formal sua disponibilização, sempre que solicitado.

§ 3º Nas hipóteses em que forem adotados os critérios de julgamento por maior desconto ou por melhor técnica, a estimativa de preço deverá constar do instrumento convocatório.

Art. 75. As licitações serão processadas e julgadas por:

I - pregoeiro para licitações por rito da modalidade pregão eletrônico ou presencial;

II - agente de licitação ou Comissão Especial de Licitação, para licitações por modo de disputa aberto, fechado e combinação aberto/fechado, conforme a complexidade da licitação.

#### SEÇÃO II

#### DO PROCEDIMENTO DAS LICITAÇÕES NO RITO PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL

Art. 76. O rito procedimental da modalidade pregão na forma eletrônica e presencial será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos Municipais 9.116/03 de 13 de maio de 2003, 9.423/04 de 17 de março de 2004 e 10.972/07 de 12 de dezembro de 2007 e pela Lei Municipal 8.298/03 de 09 de maio de 2003.

#### SEÇÃO III

#### DO PROCEDIMENTO DAS LICITAÇÕES NO MODO DE DISPUTA FECHADO E NO MODO ABERTO

Art. 77. Poderão ser adotados os modos de disputa aberto ou fechado, ou, quando o objeto da licitação puder ser parcelado, a combinação de ambos, observado o disposto no inciso III do art. 32 da Lei nº 13.303/16.

#### SEÇÃO IV

#### MODO DE DISPUTA ABERTO

Art. 78. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

Art. 79. Quando for adotado o modo de disputa aberto, poderão ser admitidos:

I - apresentação de lances intermediários;

II - reinício da disputa aberta, após a definição do melhor lance, para definição das demais colocações, quando existir diferença de pelo menos 10% (dez por cento) entre o melhor lance e o subsequente.

Parágrafo único. Consideram-se intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

#### SEÇÃO V

#### DO MODO DE DISPUTA FECHADO

Art. 80. No modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e a hora designadas para que sejam divulgadas.

#### SEÇÃO VI

#### DA COMBINAÇÃO DOS MODOS DE DISPUTA

Art. 81. O instrumento convocatório poderá estabelecer que a disputa seja realizada em duas etapas, sendo a primeira eliminatória.

Art. 82. Os modos de disputa poderão ser combinados da seguinte forma:

I - caso o procedimento se inicie pelo modo de disputa fechado, serão classificados para a etapa subsequente os licitantes que apresentarem as 3 (três) melhores propostas, iniciando-se então a disputa aberta com a apresentação de lances sucessivos;

II - caso o procedimento se inicie pelo modo de disputa aberto, os licitantes que apresentarem as três melhores propostas oferecerão propostas finais, fechadas.

#### SEÇÃO VII

#### DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Art. 83. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - melhor técnica;

V - melhor conteúdo artístico;

VI - maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;

VIII - melhor destinação de bens alienados.

#### Subseção I

#### Menor Preço ou Maior Desconto

Art. 84. Quando adotados os critérios menor preço ou maior desconto, o termo de referência deve prever os parâmetros mínimos de qualidade exigidos do objeto a ser licitado, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

Parágrafo único. Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros fixados no instrumento convocatório.

Art. 85. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos.

§ 1º No caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório.

§ 2º Para os demais objetos, o desconto linear, total ou parcial, poderá ser exigido conforme definido no instrumento convocatório.

#### Subseção II

#### Melhor Combinação de Técnica e Preço

Art. 86. O critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço será utilizado quando a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no instrumento convocatório forem relevantes aos fins pretendidos.

§ 1º Na avaliação das propostas técnicas e de preço considerará o percentual de ponderação mais relevante, limitado a 70% (setenta por cento).

§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.

§ 3º O instrumento convocatório pode estabelecer pontuação mínima para as propostas técnicas, cujo não atingimento implicará desclassificação.

Subseção III  
Melhor Técnica ou Melhor Conteúdo Artístico

Art. 87. O julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico deve considerar exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes com base em critérios objetivos previamente estabelecidos no instrumento convocatório, no qual deve ser definido o prêmio ou a remuneração que deve ser atribuída aos vencedores.

§ 1º A definição dos valores de remuneração ou prêmio deverá ser justificada pela área técnica gestora.

§ 2º A estimativa dos valores de remuneração ou do prêmio deverá constar do instrumento convocatório.

§ 3º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas nas licitações para contratação de projetos.

§ 4º O instrumento convocatório poderá estabelecer pontuação mínima para as propostas, cujo não atingimento implicará desclassificação.

Subseção IV  
Maior Oferta de Preço

Art. 88. O julgamento pela maior oferta de preço deve ser utilizado no caso de contratos que resultem em receita para a EMAM.

§ 1º Poderá ser requisito de habilitação a comprovação do recolhimento de quantia como garantia, limitada a cinco por cento do valor mínimo de arrematação.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o licitante vencedor perderá a quantia em favor da EMAM caso não efetue o pagamento devido no prazo estipulado.

§ 3º Os bens e direitos a serem licitados pelo critério de maior oferta serão previamente avaliados para fixação do valor mínimo de arrematação.

§ 4º O instrumento convocatório estabelecerá as condições de pagamento e a forma de entrega do bem ao arrematante.

Subseção V  
Maior Retorno Econômico

Art. 89. No julgamento por maior retorno econômico, os lances ou propostas terão o objetivo de proporcionar economia à EMAM, por meio da redução de suas despesas correntes, remunerando-se o licitante vencedor com base em percentual da economia de recursos gerada.

Parágrafo único. É utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para EMAM.

Art. 90. As propostas serão consideradas de forma a selecionar a que proporcionar a maior economia para a EMAM decorrente da execução do contrato.

§ 1º O instrumento convocatório deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo da remuneração devida ao contratado.

§ 2º Quando não for gerada a economia prevista no lance ou propostas, a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado.

§ 3º Caso a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração do contratado, será aplicada sanção prevista no contrato, nos termos deste regulamento.

§ 4º Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

§ 5º Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo maior retorno econômico, os licitantes apresentarão:

I. Proposta de trabalho, que deverá contemplar:

a) As obras, serviços ou bens, com respectivos prazos de realização ou fornecimento;

b) A economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, bem ou serviço e expressa em unidade monetária.

II. Proposta de preço, que corresponderá ao percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

Subseção VI  
Melhor Destinação de Bens Alienados

Art. 91. No julgamento por melhor destinação de bens alienados, será obrigatoriamente considerada, nos termos do respectivo instrumento convocatório, a repercussão, no meio social, da finalidade para cujo atendimento o bem será utilizado pelo adquirente.

Art. 92. Na implementação desse critério será obrigatoriamente considerada, nos termos do respectivo instrumento convocatório, a repercussão, no meio social, da finalidade para cujo atendimento o bem será utilizado pelo adquirente.

Parágrafo único. O descumprimento da finalidade a que se refere o caput deste artigo resultará na imediata restituição do bem alcançado ao acervo patrimonial da EMAM, vedado, nessa hipótese, o pagamento de indenização em favor do adquirente.

SEÇÃO VIII  
DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 93. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II - sorteio.

SEÇÃO IX  
DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Art. 94. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas e realizados eventuais desempates ou preferências previstas na legislação, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

I - contenham vícios insanáveis;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - estejam acima do orçamento estimado para a contratação;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela EMAM;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e desde que não prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

§ 1º É facultado ao agente de licitação, pregoeiro e/ou à CEL sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, desclassificando, motivadamente, aquelas em desconformidade com os requisitos e especificações previstos no instrumento convocatório.

§ 2º Para cumprimento do disposto no §1º, o agente de licitação, pregoeiro ou a CEL poderá valer-se de apoio técnico ou jurídico, mediante manifestação escrita, segundo os critérios de julgamento fixados no instrumento convocatório.

Art. 95. É facultado ao agente de licitação, pregoeiro ou à CEL, conforme o caso, por iniciativa própria ou por solicitação da área gestora, suspender sessão ou realizar diligências para saneamento de vícios na proposta e na habilitação.

§ 1º A diligência tem por objetivo esclarecer ou complementar a instrução do processo.

§ 2º Não é permitida a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou dos documentos de habilitação.

§ 3º A diligência poderá ser realizada in loco, por e-mail, por contato telefônico, por meio de consultas à Internet ou ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada.

§ 4º As diligências realizadas devem ser documentadas, indicando a data da realização, o motivo ensejador, as providências tomadas e as respostas e resultados obtidos, e registradas no processo interno.

Art. 96. A fase de habilitação poderá, excepcionalmente, anteceder a apresentação de lances ou propostas e o julgamento, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Na hipótese de inversão de fases os documentos de habilitação deverão ser apresentados simultaneamente às propostas.

#### SEÇÃO X DA NEGOCIAÇÃO

Art. 97. Negociação é a etapa em que, confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, ocorre a negociação das condições mais vantajosas com quem as apresentou.

§ 1º Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja acima do orçamento estimado, poderá haver negociação com o licitante para obtenção de condições mais vantajosas.

§ 2º A negociação de que trata o §1º deste artigo poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

§ 3º Após adotada a providência referida no §2º deste artigo não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

§ 4º A negociação se limitará, na busca de condições mais vantajosas para a EMAM à:

I - redução ou elevação do preço ofertado, a depender do critério de julgamento adotado;

II - diminuição do prazo de execução do contrato, conforme o caso;

III - qualidade superior do objeto licitado, desde que mantenha as características mínimas definidas no termo de referência;

IV - melhorias nas condições da garantia oferecida.

§ 5º A negociação deverá ser tratada em ambiente público, em chat em processos eletrônicos, e consignada em Ata de Sessão de processos presenciais, tendo força vinculante.

§ 6º O contrato deverá ser adequado à negociação realizada, sendo vedada qualquer outra alteração em relação à minuta de contrato.

§ 7º A negociação disposta no §6º não poderá acarretar em nenhum custo adicional para a EMAM.

§ 8º Em hipótese alguma a negociação poderá ser utilizada com o fim de corrigir erros no Termo de referência e/ou projeto básico ou modificar a natureza do objeto licitado.

§ 9º A critério do agente de licitação, pregoeiro e/ou CEL, a sessão pública poderá ser suspensa pelo prazo de até 2 (dois) dias úteis para que o licitante apresente resposta final sobre os termos propostos pela EMAM na negociação.

#### SEÇÃO XI DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Art. 98. Após declaração do licitante vencedor, será aberta fase recursal.

Art. 99. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, o prazo recursal será aberto após a habilitação.

§ 2º Caso haja inversão de fases, a interposição de recursos ocorrerá após a habilitação e também após o encerramento da verificação de efetividade dos lances ou propostas, abrangendo os atos decorrentes do julgamento.

Art. 100. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos da habilitação, do julgamento e da verificação da efetividade dos lances ou propostas, deverão manifestar a sua intenção de recorrer no prazo determinado no instrumento convocatório sob pena de preclusão do direito de recorrer.

Parágrafo único. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer, ou a manifestação sem motivação ou se mostrar meramente protelatória não será admitida, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o agente de licitação, pregoeiro e/ou a CEL autorizados a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

Art. 101. As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação, nos termos do § 1º do art. 59 da Lei 13.303/16.

Parágrafo único. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 5 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o caput.

Art. 102. O recurso será recepcionado pela autoridade recorrida que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à autoridade superior, que decidirá sobre o provimento ou não do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 2º Julgados os recursos, a autoridade competente adjudicará o objeto licitado.

#### SEÇÃO XII DA ADJUDICAÇÃO

Art. 103. Julgado o recurso ou na sua ausência, dá-se a adjudicação do objeto que é a declaração do vencedor, constituindo direito subjetivo à contratação.

#### SEÇÃO XIII DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

Art. 104. Após adjudicação, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior da EMAM, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de vícios sanáveis;

II - anular o procedimento por ilegalidade de ofício ou por provocações de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;

III - revogar o procedimento por motivo de interesse público decorrente de fatos superveniente que constitua óbice manifesto incontornável;

IV - homologar o procedimento e autorizar a celebração do contrato ou instrumento equivalente;

V - declarar a licitação fracassada.

§ 1º A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

§ 2º Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada, quando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa a ser exercido no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

§ 4º Deverá ser autuado no processo a justificativa para a anulação do procedimento, apontando o vício insanável e a justificativa de revogação, apontando o fato superveniente com óbice intransponível.

§ 5º A revogação ou anulação, além do disposto nos §§3º e 4º deste artigo aplicam-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

§ 6º A nulidade da licitação induz à do contrato.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 105. No caso de licitação de obras e serviços de engenharia, a EMAM deve utilizar a contratação “semi-integrada” como regra, cabendo-lhe a elaboração ou a contratação do projeto básico antes da licitação, conforme art. 42, §4º da Lei 13.303/2016, podendo ser utilizados os demais regimes previstos no art. 43 da Lei 13.303/2016, desde que essa opção seja devidamente justificada pela área requisitante.

Art. 106. O orçamento estimado do custo global de obras e serviços de engenharia deve ser definido com base:

I - nos custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), disponíveis nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Caixa Econômica Federal;

II - no caso de construção civil em geral, no Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), disponível no site do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT;

III - nos casos de contratações semi-integradas e integradas será calculado com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica, nos termos do art. 42, §1º, inciso II da Lei Federal nº13.303 de 30 de junho de 2016.

§ 1º No caso da impossibilidade, devidamente demonstrada, de aplicar as regras acima, deve-se observar:

a) O orçamento estimado poderá ser apurado por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública estadual ou federal, em publicações técnicas especializadas, em banco de dados e sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado;

b) A área gestora deverá explicitar como foi realizado o processo de formação de preços, juntando aos autos do processo interno, os documentos comprobatórios das consultas realizadas.

§ 2º Não será admitida como justificativa para a adoção do regime de contratação integrada, a ausência de projeto básico, nos termos do art. 42, §5º da Lei nº 13.303/16.

§ 3º Na contratação semi-integrada, o Projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação.

Art. 107. A elaboração do projeto executivo constitui encargo do contratado, consoante preço previamente fixado pela EMAM.

Art. 108. Os serviços comuns de engenharia deverão ser licitados por rito modalidade Pregão.

#### SEÇÃO I

#### DAS PARTICULARIDADES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Art. 109. O instrumento convocatório deverá conter:

I - anteprojeto de engenharia que contemple os documentos técnicos destinados a possibilitar a caracterização da obra ou serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares, incluindo:

a) A demonstração e a justificativa do programa de necessidades, a visão global dos investimentos e as definições quanto ao nível de serviço desejado;

b) As condições de solidez, segurança, durabilidade e prazo de entrega;

c) A estética do projeto arquitetônico;

d) Os parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade;

e) A concepção da obra ou do serviço de engenharia;

f) Os projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;

g) O levantamento topográfico e cadastral;

h) Os pareceres de sondagem;

i) O memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

II - projeto básico, nos casos de empreitada por preço unitário, de empreitada por preço global, de empreitada integral e de contratação semi-integrada;

III - documento técnico, com definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;

IV - matriz de riscos;

V - a exigência de que os licitantes apresentem em suas propostas a composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), discriminando todas as parcelas que o compõem, exceto para contratação integrada.

#### SEÇÃO II DA MATRIZ DE RISCO

Art. 110. O instrumento convocatório deverá conter matriz de risco para obras e serviços de engenharia, podendo ser estendida aos demais objetos, quando compatível com suas características.

Art. 111. Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de Projeto básico pela EMAM deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

Art. 112. Matriz de risco é cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de firmar termo aditivo quando de sua ocorrência;

II - estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;

III - estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

Art. 113. Para a matriz de riscos devem ser observadas as seguintes premissas:

I - valor do risco e probabilidade de transformar em resultado;

II - caracterização do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, alocando-os entre EMAM e contratado mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados;

III - a contratada é responsável integral e exclusivamente por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido no edital;

IV - a contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é da EMAM, conforme estabelecido no edital.

Art. 114. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento.

Parágrafo único. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

Art. 115. A análise dos riscos associados ao empreendimento deverá ser realizada pela área requisitante com base nas informações da matriz de riscos, que deverá relacionar o 'Item do Serviço', os 'Riscos Associados' e a 'Competência'.

Art. 116. Sempre que atendidas e mantidas as condições e disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

Art. 117. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo específico para apurar o caso concreto.

## CAPÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES

### SEÇÃO I DA PRE-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE

Art. 118. A EMAM poderá promover a pré-qualificação permanente de seus fornecedores ou produtos destinados a identificar.

I - fornecedores que reúnam condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas para o fornecimento de bens, ou a execução de serviços ou obras, nos prazos, locais e condições previamente estabelecidas no edital;

II - bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas no edital.

Art. 119. O ato de convocação da pré-qualificação deverá estabelecer os requisitos e condições de participação, as exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, contendo, no mínimo, as seguintes formalidades:

I - publicação do ato convocatório;

II - exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, no caso de pré-qualificação de fornecedores;

III - amostra, no caso de pré-qualificação de bens, quando for o caso;

IV - informação de que as futuras licitações para o objeto serão restritas aos pré-qualificados.

§ 1º O procedimento de pré-qualificação será público e permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado.

§ 2º A pré-qualificação terá validade de um ano, no máximo, podendo ser atualizada a qualquer tempo, devendo ser emitido Certificado de Pré-qualificação aos qualificados.

§ 3º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

§ 4º Na pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.

§ 5º É obrigatória a divulgação dos produtos e dos interessados pré-qualificados durante a validade do Certificado de Pré-qualificação.

§ 6º A pré-qualificação poderá ser efetuada nos grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores ou especificidades dos produtos.

§ 7º O fornecedor pré-qualificado deverá informar à EMAM sobre as alterações posteriores na sua qualificação ou de seu produto, capazes de afetar a sua condição de pré-qualificado.

Art. 120. A EMAM poderá realizar licitação restrita aos pré-qualificados, justificadamente, desde que:

I - a convocação para a pré-qualificação discrimine que as futuras licitações serão restritas aos pré-qualificados;

II - na convocação a que se refere o inciso I deverá constar estimativa de quantitativos mínimos que a EMAM pretende adquirir ou contratar nos próximos doze meses e de prazos para publicação do edital.

Parágrafo único. Na hipótese de licitação restrita a fornecedores ou produtos pré-qualificados, a convocação será encaminhada por meio eletrônico a todos os pré-qualificados no respectivo segmento do objeto da licitação, observando-se ainda:

I - poderão participar da licitação apenas os fornecedores cujos pedidos de pré-qualificação tenham sido aprovados até a data determinada na convocação;

II - serão aceitos na licitação apenas produtos que tenham sido pré-qualificados e/ou homologados, ou cuja documentação ou amostra tenham sido apresentadas até a data determinada no aviso publicado antes da realização da licitação.

### SEÇÃO II DO CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES

Art. 121. A EMAM poderá adotar cadastro próprio para registro cadastral de fornecedores, e, caso haja necessidade, utilizar-se-á o cadastro de fornecedores de Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Art. 122. Os registros cadastrais ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados e serão válidos por até 12 (doze) meses, podendo ser atualizados a qualquer tempo.

### SEÇÃO III DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 123. O Sistema de Registro de Preços a ser praticado pela EMAM utilizará os princípios e as diretrizes deste Regulamento e reger-se-á pela legislação que disciplina a matéria.

Art. 124. Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços, inclusive o permanente, nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela EMAM.

Art. 125. O Sistema de Registro de Preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em instrumento normativo interno;

III - controle e atualização periódicos dos preços registrados;

IV - definição da validade do registro;

V - inclusão, na respectiva ata, do registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais;

VI - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. A EMAM poderá permitir adesão ou aderir a Atas de Registro de Preços de outras empresas estatais, desde que o regime contratual aplicável seja o da Lei nº 13.303/16, observados os critérios de compatibilidade, conveniência e oportunidade.

Art. 126. O Sistema de Registro de Preços terá as seguintes fases:

I - planejamento;

II - definição do objeto pelo gestor;

III - termos de adesão;

IV - estimativa de custos;

V - licitação;

VI - confecção da ARP;

VII - confecção dos contratos ou documento equivalente com base na ARP;

VIII - acompanhamento (gerenciamento da ARP: preços, caronas, sanções);

IX - alterações de preços na ARP (equilíbrio econômico-financeiro);

X - remanejamento de quotas;

XI - adesão à ARP por não participante;

XII - sanções administrativas.

Art. 127. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço

global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Parágrafo único. A adesão parcial só poderá ocorrer, tanto na condição de participante quanto na de carona, quando for possível comprovar que o preço do item, dentro do valor global do lote, foi o melhor dentre todos os concorrentes da licitação.

Art. 128. Cabe ao gestor da Ata de Registro de Preços – ARP, ou da área gestora, controlar o saldo da ata e submeter à Diretoria Executiva a proposta de aquisição, dentro do prazo de vigência, e prorrogação, se for o caso.

Parágrafo único. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013, salvo disposição legal.

Art. 129. A área gestora deverá informar à área de competente, com antecedência de 4 (quatro) meses do vencimento da vigência da ARP, interesse ou não quanto a sua prorrogação, para verificação desta possibilidade.

Parágrafo único. Em caso do interesse na prorrogação, deve ser feita consulta aos beneficiários da ARP e pesquisa de mercado para verificar se os preços da ata continuam vantajosos para a EMAM.

Art. 130. A consulta ao vencedor de ARP gerenciada pela EMAM, para fins de adesão de estatais como carona, deve ser feita pela área de competente, e depende de prévia autorização do gestor da ARP e do fornecedor beneficiário da Ata.

## CAPÍTULO VIII DA CONTRATAÇÃO DIRETA

### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 131. São situações em que não há necessidade de licitação podendo haver contratação direta:

I - pequenas despesas;

II - dispensa de licitação;

III - inexigibilidade.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III se comprovado, pelo órgão de controle externo, sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos II e III, é necessária a confecção de Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo de modo a registrar a necessidade a ser suprida, vedada a substituição por proposta do fornecedor.

§ 3º Nos casos de dispensa de licitação por valor previstos no inciso II deste artigo, é necessária caracterização do objeto e a justificativa técnica da contratação, para os casos em que não ocorrer a aquisição de bens e serviços comuns.

Art. 132. A seleção de fornecedor cuja proposta não é a de menor preço, à exceção dos casos de inviabilidade de competição tratados neste Regulamento, deverá ser justificada em razão de critérios previamente definidos no pedido de cotação, com observância ao princípio da proporcionalidade, abrangendo aspectos qualitativos do objeto, prazo, experiência, metodologia de execução, condições de pagamento, questões de sustentabilidade, custos indiretos e aderência à política de conformidade da EMAM.

Art. 133. As hipóteses de dispensa de licitação previstas neste capítulo sujeitam-se às previsões dispostas na seção de que trata o orçamento estimado deste regulamento.

Art. 134. Em caso de recusa justificada do fornecedor em apresentar contratos pretéritos ou em execução, ou ainda notas fiscais com objeto devidamente identificável, sob a alegação de cláusula de confidencialidade ou outra razão, as áreas responsável e requisitante podem adotar, dentre outras, as seguintes providências:

I - avaliar, por meio de pesquisa de mercado, se existe outro fornecedor capaz de atender às demandas da EMAM e, em caso positivo, solicitar-lhe proposta;

II - obter declaração da futura contratada, sob pena da Lei, de que o preço proposto é o praticado no mercado, bem como, na mesma declaração, as razões de justificativa da recusa em apresentar contratos pretéritos ou notas fiscais com o objeto devidamente identificável.

#### Subseção I Da Licitação Dispensável Hipóteses Legais

Art. 135. É dispensável a realização de licitação nos seguintes casos:

I - para obras e serviços de engenharia até o valor estabelecido no artigo 29, inciso I, da Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras e alienações até o valor estabelecido no artigo 29, inciso II, da Lei nº 13.303/16, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez dentro do mesmo exercício financeiro;

III - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a EMAM, desde que mantidas as condições preestabelecidas;

IV - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

V - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da EMAM, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

VI - na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

VII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

VIII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

IX - na contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público;

XI - nas contratações entre empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias, para aquisição ou alienação de bens e prestação ou obtenção de serviços, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social;

XII - na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

XIII - para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no país, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pelo Diretor-Presidente da EMAM;

XIV - nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos artigos 3º, 4º, 5º e 20 da Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências, observados os princípios gerais de contratação dela constantes;

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no §2º deste artigo;

XVI - na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta;

XVII - na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação;

XVIII - na compra e venda de ações, títulos de crédito e de dívida, bens, inclusive imóveis, produzidos ou comercializados pela EMAM.

§ 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II deste artigo podem ser alterados, para refletir a variação de custos, por deliberação do Conselho de Administração da EMAM.

§ 2º A hipótese de contratação decorrente dos incisos III e IV apenas ocorrerá quando, justificadamente, a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a EMAM e desde que mantidas as condições preestabelecidas;

§ 3º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso VI deste artigo, a EMAM poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

§ 4º A contratação direta com base no inciso XV deste artigo não dispensará a responsabilização de quem, por ação ou omissão, tenha dado causa ao motivo ali descrito, inclusive no tocante ao disposto na Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

#### Subseção II Da Inexigibilidade De Licitação Hipóteses Legais

Art. 136. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

I - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados,

com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - justificativa do preço.

§ 3º A EMAM expedirá o procedimento interno de dispensa e de inexigibilidade.

### Subseção III Da Inaplicabilidade

Art. 137. Nos termos do art. 28, §3º, da Lei nº 13.303/16, não se aplica a licitação nas seguintes situações:

I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pela EMAM, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seu objeto social;

II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

§ 1º Consideram-se oportunidades de negócio a que se refere o inciso II deste artigo a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.

§ 2º Considera-se procedimento competitivo qualquer forma de comparação de sujeitos ou de objetos usuais no mercado, divulgada em meios públicos, que permita a manifestação de interesse de mais de um interessado nos negócios referidos no §1º deste artigo.

§ 3º A escolha do parceiro se dará, preferencialmente, por meio de chamamento público.

## CAPÍTULO IX DA CELEBRAÇÃO E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

### SEÇÃO I DA FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

Art. 138. Os contratos firmados pela EMAM regulam-se pelas suas cláusulas, pelo disposto neste Regulamento, pela Lei nº 13.303/16, pelo

Código Civil e demais preceitos de direito privado.

§ 1º Desde que seja prática usual de mercado e presentes as cláusulas necessárias contidas no art. 69 da Lei nº 13.303/16, a EMAM poderá firmar contratos-padrão/por adesão.

§ 2º As minutas dos instrumentos contratuais serão previamente examinadas, aprovadas e chanceladas pela Assessoria Jurídica da EMAM.

Art. 139. A redução a termo do contrato poderá ser dispensada, no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento, das quais não resultem obrigações futuras por parte da EMAM.

Art. 140. O contrato firmado deve ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições previstas na Lei nº 13.303/16 e neste Regulamento, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 141. A EMAM é responsável pela fiscalização e gestão do contrato quanto aos aspectos técnico, jurídico e administrativo.

Art. 142. A definição e detalhamento dos níveis de serviço exigidos na contratação é de responsabilidade das áreas definidas no termo de referência.

Art. 143. O prazo padrão de todo contrato na EMAM é de 12 (doze) meses, podendo ser superior ou inferior conforme análise de mercado feito pela área técnica.

Art. 144. O contrato admite ajustes financeiros nos casos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, devendo os autos serem encaminhados à Assessoria Jurídica para análise e manifestação.

Art. 145. A publicação é condição indispensável para a eficácia do contrato e deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua assinatura.

Art. 146. Serão objeto de apuração as irregularidades constatadas nos contratos e termos aditivos, praticados por dirigentes, gestores e fiscais de contrato, conforme disposições legais vigentes.

## SEÇÃO II DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS

Art. 147. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados neste Regulamento:

I - objeto e seus elementos característicos;

II - qualificação completa das partes;

III - regime de execução ou a forma de fornecimento;

IV - preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

V - nível de serviço conforme for o caso;

VI - cronograma com os prazos de início de execução, de conclusão de etapas, de entrega do objeto, e do seu recebimento, conforme o caso;

VII - garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas;

VIII - direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;

IX - casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos;

X - vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensado ou inexigido, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;

XI - obrigação da contratada de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, facultando-se à EMAM o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento dessas condições, e ainda:

a) não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, de trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo;

b) conhecer e cumprir as normas previstas na Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, "Lei Anticorrupção", abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de quaisquer irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na EMAM;

XII - matriz de risco, quando for o caso;

XIII - indicação dos recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações, quando cabível;

XIV - forma de inspeção ou de fiscalização pela EMAM;

XV - condições referentes ao recebimento da obra, serviço ou bem;

XVI - mediação e arbitragem, quando for o caso;

XVII - foro do contrato, e, quando necessário, a lei aplicável.

### SEÇÃO III DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS

Art. 148. A duração dos contratos regidos por este Regulamento não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

I - para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da EMAM;

II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

§ 1º É vedado o contrato por prazo indeterminado.

§ 2º Os contratos para prestação de serviços de natureza continuada poderão ser prorrogados até o limite de 5 (cinco) anos, ainda que os instrumentos contratuais não contemplem essa possibilidade, desde que seguidos os procedimentos de aditamento contratual previstos neste Regulamento.

### SEÇÃO IV DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Art. 149. A EMAM convocará o licitante vencedor ou o destinatário da contratação direta para assinar o termo de contrato, nos prazos e condições estabelecidos no edital, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Regulamento e na legislação aplicável.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.

§ 2º É facultado à EMAM, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

§ 3º Na hipótese de nenhum dos licitantes participantes do certame aceitar a contratação nos termos do §2º deste artigo, fica a EMAM autorizada a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

Art. 150. Decorrido o prazo de validade constante das propostas,

sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

Parágrafo único. Quando não especificado em edital, o prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias.

### CAPÍTULO X DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Art. 151. A contratada deverá pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a EMAM, a qualquer momento, exigir da contratada a comprovação de sua regularidade.

§ 1º A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMAM a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

§ 2º O dever de fiscalização da EMAM não exclui a responsabilização da contratada pela execução do contrato.

§ 3º Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da contratada ou garantir o pagamento de condenações judiciais, a EMAM poderá, justificadamente, reter parcelas de pagamentos ou créditos junto à contratada, na forma prevista no contrato.

### CAPÍTULO XI DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 152. A subcontratação consiste na transferência, pelo contratado, da execução total ou parcial do objeto contratual para outra pessoa, física ou jurídica, nos termos do artigo 78 da Lei nº 13.303/16.

Art. 153. A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela EMAM, conforme previsto no edital e no contrato.

§ 1º A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de habilitação impostas ao licitante vencedor.

§ 2º O limite e a identificação de quais parcelas poderão ser subcontratadas serão definidos pela área técnica quando da elaboração do termo de referência.

§ 3º Exceto nos casos de contratação integrada e semi-integrada, bem como quando se tratar de manifestação de interesse privado, é vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

I - do procedimento licitatório do qual se originou a contratação;

II - direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

§ 4º As empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em procedimento licitatório ou em contratação direta.

§ 5º A contratada é responsável, para todos os fins, pela execução e fiscalização da parcela do objeto contratual executado pelo subcontratado.

### CAPÍTULO XII DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA QUITAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE PÓS-CONTRATUAL

Art. 154. Recebimento constitui a entrega do objeto em etapas da execução do contrato.

Art. 155. O recebimento do objeto contratual pela EMAM far-se-á de forma provisória ou definitiva:

I - provisório é o recebimento que se efetua em caráter experimental, em um período determinado, no qual se verifica a perfeita adequação do objeto entregue às especificações contratadas, bem como sua qualidade;

II - o recebimento definitivo deve ser efetuado no prazo fixado em contrato, não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, salvo em casos excepcionais justificados e previstos no edital.

§ 1º As eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela contratada e os respectivos prazos.

§ 2º O recebimento do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do preço ajustado, sendo excepcionalmente admitida a antecipação do valor a ser pago quando expressamente prevista no processo de contratação.

### CAPÍTULO XIII DOS VÍCIOS E DEFEITOS OU INCORREÇÕES

Art. 156. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à EMAM, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Art. 157. Na execução do contrato, caso a contratada cause danos à EMAM, responderá pelos danos emergentes e lucros cessantes, nos termos do contrato.

### CAPÍTULO XIV DOS REAJUSTES CONTRATUAIS

Art. 158. O valor contratual poderá ser reajustado, nos termos do contrato, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originalmente.

§ 1º Os reajustes serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou aquele que venha a substituí-lo.

§ 2º Para o primeiro reajuste, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data de assinatura do contrato, de acordo com a fórmula ou o índice indicado no respectivo contrato.

Art. 159. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, poderá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, respeitadas as regras referentes aos reajustes de forma geral, desde que prevista no contrato.

§ 1º Para fins de repactuação, o interregno mínimo de 12 (doze) meses é contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta.

§ 2º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias e realizada em momentos distintos, para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como nos casos em que a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diversas.

§ 3º O contrato poderá prever repactuação apenas da parcela contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, aplicando-se o reajuste por índices oficiais, à parcela contratual referente aos demais insumos, respeitadas as periodicidades anuais com datas-bases distintas.

### SEÇÃO I DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Art. 160. A EMAM poderá exigir a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e aquisição de bens, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

§ 1º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e expiração do prazo de vigência, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese do inciso I deste artigo.

§ 2º A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no §3º deste artigo.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimento de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no §2º deste artigo poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

§ 4º No caso de alteração do valor contratual, a EMAM poderá exigir do contratado reforço de garantia, respeitados os percentuais máximos definidos nos §§2º e 3º deste artigo.

§ 5º No caso do §4º deste artigo, a contratada terá até 30 (trinta) dias para apresentar reforço da garantia, sob pena de rescisão do contrato.

§ 6º A contratada poderá, quando conveniente, pleitear a substituição da garantia prestada, desde que a nova garantia preencha as condições exigidas no edital ou no contrato.

### CAPÍTULO XV DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Art. 161. Os contratos celebrados nos termos deste Regulamento, contarão com cláusula que estabeleça a possibilidade de alteração, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos neste Regulamento;

III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo do fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 1º A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no §1º, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

§ 3º Se no contrato não tiverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitando os limites estabelecidos no §1º.

§ 4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se a contratada já houver adquirido os insumos e já colocados no local dos trabalhos, a

EMAM deverá arcar com os custos de aquisição dos insumos regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§ 5º A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º Em caso de alteração do contrato que aumente os encargos da contratada, a EMAM deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio-financeiro inicial, nos termos da proposta apresentada e aceita pela EMAM.

§ 7º É vedada a celebração de aditivos contratuais decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

§ 8º São vedadas alterações contratuais que resultem em violação do direito de licitar.

Art. 162. Serão formalizadas via termo de apostilamento as seguintes ocorrências:

I - a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas;

III - correções de erros materiais dos instrumentos contratuais, tais como nome, endereço, data de início de vigência ou de início da execução, numeração de folhas;

IV - demais alterações de cunho formal ao instrumento contratual que não ensejem a assunção, modificação ou extinção de obrigações originalmente atribuídas.

#### CAPÍTULO XVI

#### DA DESTINAÇÃO FINAL DE BENS E DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

Art. 163. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados, desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas, passam a ser propriedade da EMAM, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída, exceto nos casos previstos em lei ou disposição contrária no edital ou no contrato.

#### CAPÍTULO XVII

#### DA RESCISÃO CONTRATUAL

Art. 164. Os contratos firmados pela EMAM serão extintos:

I - com o advento de seu termo, se por prazo certo;

II - com a conclusão de seu objeto, quando por escopo;

III - antecipadamente, por acordo entre as partes ou por via judicial;

§ 1º O Contrato poderá prever cláusulas específicas de rescisão e resilição, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código Civil.

§ 2º Nos casos que envolvam serviços essenciais, que afete a população, o edital e o contrato poderão prever prerrogativas especiais à EMAM, por razões de interesse público, devidamente justificado, tais como a rescisão unilateral.

§ 3º As cláusulas contratuais que prevejam hipóteses de rescisão unilateral estabelecerão a obrigatoriedade de observância do contraditório e da ampla defesa.

§ 4º Em situações excepcionais que acarretem risco iminente a serviços

essenciais que afete a população, a EMAM poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado, que exercerá o seu direito ao contraditório e à ampla defesa de forma diferida.

Art. 165. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderão dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo único. A EMAM poderá conceder prazo razoável para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

#### CAPÍTULO XVIII

#### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO E SANCÕES APLICÁVEIS

Art. 166. Qualquer pessoa, física ou jurídica, que praticar atos em desacordo com este Regulamento, com a Lei nº 13.303/16 ou com as demais normas aplicáveis, no âmbito dos procedimentos licitatórios e/ou contratos da EMAM, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 167. Caberá ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar sua execução, registrando as ocorrências a ele relacionadas e determinando, por escrito, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo único. Ciente do(s) registro(s) realizado(s) pelo fiscal do contrato, a área de competente deverá enviar notificação à contratada, por qualquer meio escrito idôneo, fixando prazo para que o mesmo promova a reparação ou correção imediata do(s) inadimplemento(s) contratual(is) identificado(s), atendendo ao disposto no contrato e na legislação pertinente, bem como para que apresente eventuais justificativas, sem prejuízo da instauração do processo administrativo punitivo.

Art. 168. São situações ensejadoras da aplicação de sanção à contratada, o atraso injustificado na execução do contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

§ 1º O atraso injustificado na execução do contrato sujeita a contratada à multa de mora, nos termos do art. 82 da Lei nº 13.303/16, limitada a 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso.

§ 2º A inexecução total ou parcial do contrato, isto é, a inobservância de quaisquer de suas cláusulas, sujeita a contratada às seguintes sanções, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/16:

I - advertência; multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato para o caso de inexecução parcial;

II - multa, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato para o caso de inexecução total.

Art. 169. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAM, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Art. 170. As sanções previstas no artigo anterior, quando aplicadas, devem levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade da contratada, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

§ 1º A advertência será aplicada nos casos de descumprimento contratual de natureza leve como, por exemplo, mas não se limitando, a:

I - não apresentação de cópia de guias quitadas de INSS e FGTS ou de outros recolhimentos legais, quando solicitado pela EMAM;

II - descumprimento dos prazos acordados para a execução do objeto contratual sem ocorrência de prejuízos para a EMAM;

III - mora na reexecução do objeto contratual rejeitado pela fiscalização, sem ocorrência de prejuízos para a EMAM;

IV - aquelas, a critério da EMAM, entendidas como de natureza leve.

§ 2º A multa será aplicada às faltas de natureza mediana ou grave, como, por exemplo, mas não se limitando, a:

I - reincidência de falta já punida com advertência;

II - descumprimento dos prazos acordados para a execução do objeto contratual;

III - mora na reexecução do objeto contratual rejeitados pela fiscalização;

IV - atrasos no cumprimento de obrigações contratuais e legais.

§ 3º A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAM será aplicada aos casos de descumprimentos de natureza grave, como, por exemplo, mas não se limitando, a:

I - reincidência de fatos já punidos anteriormente com multa;

II - a subcontratação do objeto contratual, sem prévia autorização formal da EMAM;

III - descumprimentos de condições contratuais que tragam danos relevantes à EMAM;

IV - a emissão de título de crédito ou a utilização deste contrato para fins de caução, comercialização ou cessão de direitos;

V - o descumprimento sistemático de obrigações legais ou contratuais;

VI - a quebra de sigilo contratual;

VII - má qualidade na execução do objeto contratual;

VIII - a ocorrência de comportamentos de risco à saúde e/ou de vida de empregados próprios e de terceiros;

IX - a ocorrência de dano ambiental decorrentes da execução inadequada do objeto contratual;

X - a recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo previsto no instrumento convocatório;

XI - a recusa ou o atraso na prestação da garantia, quando esta for exigida.

Art. 171. Caso entenda configurada situação ensejadora de sanção, o fiscal do contrato, elaborará documento que contenha, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do contrato que supostamente teve suas regras e/ou cláusulas descumpridas pela contratada;

II - descrição dos fatos ocorridos e do inadimplemento total ou parcial verificado;

III - apresentação dos meios utilizados como tentativa para solucionar os problemas, e das justificativas apresentadas pela contratada, se houver;

IV - indicação de eventuais prejuízos e riscos causados à EMAM, em razão da suposta inadimplência contratual;

V - indicação das cláusulas contratuais, dos itens dos anexos ao contrato e/ou do edital de licitação supostamente violados;

VI - indicação da gravidade do inadimplemento e da necessidade de abertura de processo administrativo punitivo;

VII - autorização da autoridade administrativa para a abertura de processo para processo administrativo punitivo.

§ 1º A área de competente deverá providenciar o processo administrativo punitivo, anexando ao requerimento inicial todos os documentos mencionados neste artigo e outros comprobatórios das alegações nele formuladas, se houver.

§ 2º O processo será encaminhado à Assessoria Jurídica, a quem compete a emissão de manifestação jurídica acerca da viabilidade da instauração do processo, o qual terá ciência o diretor da área gestora para se manifestar sobre o prosseguimento do processo administrativo punitivo seu arquivamento.

Art. 172. Uma vez autorizado o prosseguimento do processo administrativo punitivo, a contratada deverá ser notificada pela área de competente, por escrito, mediante meio idôneo, para apresentação de defesa.

Parágrafo único. A notificação deverá conter, no mínimo:

I - a identificação da pessoa natural ou jurídica interessada;

II - a finalidade do documento;

III - a indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes;

IV - a intimação para apresentação de defesa e eventuais provas a produzir;

V - o prazo e o local para manifestação do intimado;

VI - a possibilidade de a contratada ter vista dos autos, bem como de obter cópias dos documentos neles contidos.

Art. 173. O prazo para apresentação da defesa será de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do art. 83, §2º, Lei nº 13.303/16.

§ 1º À contratada incumbe, no âmbito da defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus de suas alegações, observando-se que:

I - ao declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na EMAM, área de competente poderá solicitar ao fiscal do contrato a obtenção dos documentos ou das respectivas cópias, a fim de juntá-las ao processo;

II - quando requerer diligências e perícias, ou qualquer outro meio de prova cabível, arcará com eventuais custos de sua realização.

§ 2º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada do Diretor da área gestora, as provas propostas pela contratada quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 174. É obrigação da contratada manter atualizado, junto à área de competente, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

Art. 175. Após a apresentação da defesa pela contratada, a área de competente deverá encaminhá-la ao fiscal do contrato, a fim de que este se manifeste sobre as alegações e eventuais provas produzidas ou a produzir.

§ 1º Mesmo em caso de não apresentação de defesa, a área de competente deverá solicitar a manifestação do fiscal do contrato.

§ 2º A manifestação do fiscal do contrato abordará os seguintes pontos:

I - argumentos eventualmente apresentados pela contratada;

II - circunstâncias agravantes ou atenuantes em face do caso concreto;

III - a(s) penalidade(s) que entenda razoável (eis), nos termos deste regulamento;

IV - eventuais provas produzidas ou requeridas pela contratada;

V - qualquer outro dado relevante que guarde pertinência com o assunto.

Art. 176. No caso de produção de prova em momento posterior à defesa, a contratada poderá apresentar alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da sua intimação.

Art. 177. Após as providências previstas nos artigos anteriores, o processo deverá ser encaminhado à Assessoria Jurídica, para elaboração de manifestação acerca da viabilidade ou não de aplicação de penalidade, sendo posteriormente remetido ao Diretor da área gestora para decisão.

Art. 178. Da decisão de que resulte a aplicação de penalidades cabe recurso à Diretoria Executiva, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão de aplicação da penalidade.

Art. 179. O recurso deverá expor os fundamentos fáticos e jurídicos do pedido de reexame.

Parágrafo único. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela diretoria recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

Art. 180. O diretor prolator da decisão recorrida poderá reconsiderar sua decisão ou, se entender pela sua manutenção, caberá à Diretoria Executiva confirmar, modificar ou anular, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

Art. 181. Recebidos os autos do processo administrativo punitivo com a decisão final do recurso, a área de competente deverá providenciar por escrito, por qualquer meio idôneo, a notificação da contratada acerca do julgamento proferido.

Art. 182. Após o término do prazo para a apresentação de recurso ou depois de esgotada a via recursal, a contratada sancionada com multa deverá comprovar o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva.

Parágrafo único. Não comprovado o pagamento da multa no prazo indicado, a EMAM poderá acionar as garantias contratuais apresentadas, proceder à retenção e compensação dos créditos, ou, ainda, efetuar sua cobrança pela via judicial.

Art. 183. Ao final do processo administrativo punitivo, compete à área de competente providenciar o registro da penalidade aplicada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, nos termos do art. 37 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

Art. 184. A aplicação das penalidades elencadas neste capítulo não impede a resolução do contrato pela EMAM.

Art. 185. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem a contratada da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

#### CAPÍTULO XIX DOS CRIMES E DAS PENAS

Art. 186. Aplicam-se às licitações e contratos regidos por este Regulamento as normas de direito penal contidas nos artigos 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CAPÍTULO XX DOS CONVÊNIOS E PATROCÍNIOS

Art. 187. Nos termos do art. 27 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de julho de 2016, os convênios/contratos de patrocínio poderão ser celebrados pela EMAM com pessoas físicas ou jurídicas para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento da marca da EMAM e aos interesses institucionais, em alinhamento ao planejamento estratégico da EMAM e do Estado de Minas Gerais, observando-se as demais normas aplicáveis à matéria e, no que couber, as normas de licitação e contratos.

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se convênio/contrato de patrocínio: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros ou qualquer outro meio de colaboração e tenha como partícipe, de um lado, a EMAM e, de outro lado, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou eventos de interesses recíprocos, em regime de mútua cooperação.

§ 2º Aplicam-se aos convênios/contratos de patrocínios as vedações constantes do art. 38 da Lei nº 13.303/16.

Art. 188. O patrocínio de inovação tecnológica tem por objetivo a procura, a descoberta, as experimentações, os desenvolvimentos, a imitação ou a adoção de novos produtos, processos, formas de organização, metodologias, entre outros, cujo objetivo final pode agregar valor à EMAM.

Art. 189. A celebração de convênio/contrato de patrocínio poderá ser precedida de chamamento público a ser realizado pela EMAM visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.

§ 1º Deverá ser dada publicidade ao chamamento público, inclusive ao seu resultado, especialmente por intermédio da divulgação em sítio eletrônico da EMAM ou em jornal de grande circulação local.

§ 2º O chamamento público deverá estabelecer critérios objetivos visando a aferição da qualificação técnica e capacidade operacional do conveniente ou patrocinado para a gestão e execução do ajuste, conforme normas internas da EMAM.

Art. 190. É vedada a celebração de convênios ou contratos de patrocínio:

I - com entidades públicas ou privadas em que Conselheiros, Diretores, empregados da EMAM, seus respectivos cônjuges ou companheiros, assim como pessoal cedido ou requisitado, ocupem cargos de direção, sejam proprietários, sócios, bem como possuam grau de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

II - com entidades privadas que não comprovem experiência anterior em atividades referentes à matéria objeto do convênio;

III - com pessoas que tenham, em suas relações anteriores com a EMAM, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto de convênios ou de contratos de patrocínios;
- c) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- d) ocorrência de dano à EMAM;
- e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios ou de contratos de patrocínio.

Parágrafo único. As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:

I - corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da EMAM no processo licitatório ou na execução do contrato;

II - fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

III - colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da EMAM, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

IV - coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V - obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

Art. 191. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013.

Art. 192. As parcerias entre a EMAM e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação serão regidas pelas disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

#### CAPÍTULO XXI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 193. Os pareceres e manifestações jurídicas têm caráter opinativo e informativo, não vinculando a atuação das áreas requisitantes.

Parágrafo único. A Assessoria Jurídica deverá se manifestar após instrução do processo e antes da homologação.

Art. 194. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, termos aditivos, acordos, convênios ou ajustes deverão ser examinadas pela Assessoria Jurídica.

Parágrafo único. Os editais de licitação, contratos e termos aditivos da EMAM deverão, tanto quanto possível, e de acordo com a conveniência da EMAM, serem padronizados por categoria, tipo, natureza, qualidade, característica, funcionalidade, criticidade da demanda e relevância do objeto, dentre outros critérios, mediante exame da Assessoria Jurídica.

Art. 195. Este Regulamento entra em vigor em trinta e um de julho de 2019, sem prejuízo da autoaplicabilidade das disposições da Lei nº 13.303/16.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 os procedimentos licitatórios e os contratos iniciados ou celebrados com base em suas disposições até 30 de julho de 2019.

Art. 196. As normas estabelecidas neste Regulamento poderão ser complementadas pela EMAM, quanto aos aspectos operacionais, mediante ato interno aprovado pela autoridade competente.

Art. 197. Fica a Diretoria Executiva da EMAM autorizada a expedir atos normativos complementares a este Regulamento.

Art. 198. O Conselho de Administração da EMAM deve deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre aquisição e contratação de bens, serviços e obras, e demais negócios jurídicos relacionados a este Regulamento Interno, que individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da EMAM.

Art. 199. A Diretoria Executiva deve deliberar sobre aquisição e contratação de bens, serviços e obras, e demais negócios jurídicos relacionados a este Regulamento Interno, que individualmente ou em conjunto, apresentem valor inferior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da EMAM.

Art. 200. O presente Regulamento deverá ser publicado no Diário Oficial do Município de Uberlândia e no Portal da Prefeitura de Uberlândia.

Art. 201. Aplicam-se às licitações e contratos realizados pela EMAM as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016; do Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010; da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013; da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; dos Decretos Municipais 9.116/03 de 13 de maio de 2003, 9.423/04 de 17 de março de 2004 e 10.972/07 de 12 de dezembro de 2007.

Esta versão do Regulamento Interno de Licitações e Contratos foi aprovada pela Diretoria Executiva no dia 11 de novembro de 2019.

#### GLOSSÁRIO DE TERMOS

1. Aditivo contratual: instrumento formal pelo qual se alteram as estipulações originais previstas no contrato.

2. Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado, sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas e mantidas;

3. Agente de licitação: agente responsável pela condução do procedimento licitatório previsto na Lei nº 13.303/2016, podendo ser assessorado por equipe de apoio e/ou equipe técnica, conforme ato de designação.

4. Alienação: toda transferência de domínio de bens ou direitos de terceiros.

5. Amostra: objeto e/ou bem apresentado pelo licitante à EMAM, a fim de que a qualidade e as características do futuro fornecimento possam ser avaliadas ou julgadas nos termos exigidos no edital de licitação.

6. Anteprojeto de engenharia: peça técnica com todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, devendo conter minimamente os elementos descritos no inciso VII do artigo 42 da Lei nº 13.303/2016 e demais disposições deste Regulamento.

7. Apostilamento ou Apostila contratual: alterações de cunho formal ou de valor, que dispensam aditamento contratual.

8. Arbitragem: procedimento de resolução de conflitos extrajudicial.

9. Área gestora (responsável): área gestora das classes ou categorias que compõem o Catálogo de Itens de Compras, responsável por planejar e controlar as aquisições de bens e serviços sob sua gestão, sendo competente para requisitar a compra ou contratação de serviços à Diretoria Executiva ou à área de competente;

10. Área gestora da Ata de Registro de Preços: área gestora da licitação para registro de preços na EMAM, responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços;

11. Área requisitante: unidade organizacional que necessita da contratação de serviço ou aquisição de bem, para atendimento à atividade sob sua responsabilidade;

12. Área técnica: unidade organizacional responsável pela elaboração, em conjunto e a pedido de outra unidade, da especificação técnica para a realização de pesquisa de mercado ou efetivação de compra;

13. Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, assinado entre a EMAM e os vencedores da licitação para registro de preços, onde se registram os itens, marcas, modelos, preços, órgãos participantes e condições a serem praticadas em eventual e futura contratação;

14. Ateste: operação segundo a qual se declara, na documentação hábil, que o material recebido satisfaz às especificações contratadas ou que o serviço foi devidamente executado;

15. Atividade-fim: conjunto de atividades constantes do objeto social da EMAM, nos termos do seu Estatuto Social.

16. Audiência pública: reunião pública, facultativa ou obrigatória, conforme o caso, que possibilita o conhecimento, o debate e a informação da opinião pública e dos interessados em geral sobre a realização de licitação futura, conforme dispuser o Edital.

17. Autoridade competente: autoridade com poder de decisão final sobre aquisição, compras, edital de licitação e seus documentos anexos, bem como sobre contratos, aditivos, rescisão e aplicação de sanções, conforme alçadas definidas no estatuto social ou normas internas da EMAM.

18. Beneficiário da Ata de Registro de Preços: fornecedor que venceu uma licitação para registro de preços e que assinou a Ata.

19. Bens inservíveis: são aqueles que, por razões de ordem técnica ou operacional, não encontrem aptos, úteis ou necessários para a prestação dos serviços da EMAM.

20. Bens e serviços comuns: bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

21. Carona ou órgão não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não integra a Ata de Registro de Preços e a ela adere durante sua vigência.
22. Carta de solidariedade: carta emitida pelo fabricante reconhecendo o licitante como seu revendedor autorizado, nos termos do instrumento convocatório.
23. Comissão Especial de Licitação – CEL: grupo de empregados que tem a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações.
24. Compra: processo de aquisição de bens ou contratação de serviços realizados pela EMAM;
25. Concedente/patrocinador-EMAM: responsável pela transferência de recursos financeiros ou de qualquer outro meio de colaboração, tal como, cessão de pessoal, matéria prima, insumos e transferência de tecnologia destinados à execução do objeto do convênio ou patrocínio.
26. Contratação continuada ou prestação de serviços contínuos: situação em que a necessidade permanente ou prolongada do objeto impõe à parte contratada o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo durante a vigência contratual.
27. Contratação de escopo: situação em que o fim contratual almejado consiste na entrega de objeto certo e determinado, extinguindo-se a relação jurídica com o alcance do resultado contratado;
28. Contratado: a pessoa física ou jurídica que tenha celebrado contrato na condição de adquirente de direitos, prestadora de serviços, fornecedores de bens ou executora de obras.
29. Contrato: instrumento formal que consubstancia o negócio jurídico celebrado entre a EMAM e terceiros.
30. Conveniente/patrocinado: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, de qualquer esfera de governo, com a qual a EMAM pactue a execução de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou eventos de interesses recíprocos, em regime de mútua cooperação, mediante a celebração de convênio ou contrato de patrocínio.
31. Convênio/patrocínio: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros ou de qualquer outro meio de colaboração, tal como cessão de pessoal, matéria prima, insumos, transferência de tecnologia e tenha como partícipe, de um lado, a EMAM e, de outro lado, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou eventos de interesses recíprocos, em regime de mútua cooperação.
35. Consórcio: contrato de colaboração entre empresas, mediante a qual as contratantes conjugam esforços no sentido de viabilizar um determinado empreendimento.
36. Delegação de competência: ato administrativo em que a autoridade de nível hierárquico superior transfere a prática de atos originalmente de sua competência para autoridade ou agente que lhe é subordinado.
37. Despesa eventual: aquisição ou serviço necessário para execução de atividades da EMAM, que precisa ser adquirido/contratado, e que não pode aguardar o processamento normal de compra em virtude da excepcionalidade da despesa, ou que, por sua natureza, exija pronto pagamento em espécie.
38. Documento fiscal: documento com informações (data, descrição, preço, dados do fornecedor ou prestador de serviço, etc) que comprovem determinada aquisição ou serviço prestado. Exemplos: Cupom Fiscal, Nota Fiscal ou Nota Fiscal Eletrônica.
39. Emergência: considera-se emergência, para fins contratuais, a existência de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos e particulares, e causar prejuízos e transtornos ao normal funcionamento e atividades operacionais e administrativas da EMAM.
40. Empreitada por preço unitário: contratação por preço certo de unidades determinadas.
41. Empreitada por preço global: contratação por preço certo e total.
42. Equipe de apoio: equipe de empregados designados em portaria ou por convocação do agente de licitação, do pregoeiro ou do presidente da CEL, para auxiliar nos procedimentos licitatórios.
43. Fase externa: fase da licitação que inicia com a divulgação do instrumento convocatório e finaliza com a homologação, anulação ou revogação do processo licitatório.
44. Fase preparatória: fase da licitação que inicia com a autorização de licitação e finaliza com o envio do processo para análise e emissão de manifestação jurídica.
45. Fiscal do Contrato: empregado da EMAM especialmente designado na especificação técnica constante do processo licitatório ou no contrato celebrado, para acompanhar e fiscalizar a execução de determinado contrato.
46. Fiscalização do contrato: acompanhamento técnico zeloso e efetivo, exercido de modo sistemático durante a execução contratual, tendo por finalidade verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo fornecedor, bem como a qualidade dos produtos e serviços prestados (níveis de serviços) à EMAM, preços e quantidade.
47. Fracionamento: aquisições frequentes de produtos ou contratação de serviços através de divisão do valor das despesas de mesma natureza, em parcelas que poderiam ser adquiridas de uma única vez, previsíveis para um mesmo exercício, se planejadas, para realizar dispensa por valor quando deveria ser feita licitação.
48. Garantia de execução contratual: garantia exigida ao contratado com objetivo de assegurar a plena execução do contrato.
49. Gestão do contrato: atividade que inclui a elaboração do contrato e suas alterações nos termos da legislação vigente, bem como o controle administrativo, financeiro e a penalização do fornecedor, quando for o caso.
50. Gestor de Natureza Orçamentária: titular responsável pelo planejamento e elaboração do orçamento da natureza orçamentária sob sua gestão e, também, por controlar e acompanhar sua execução.
51. Homologação de processo de licitação: ato pelo qual a EMAM aprova o resultado do processo de licitação realizado, uma vez verificada a consonância com os requisitos legais.
52. Inexecução do contrato: descumprimento total ou parcial de cláusulas do contrato e condições ajustadas, devido à ação ou omissão de qualquer das partes.
53. Instrumento convocatório ou Edital: ato normativo, de natureza vinculantes, assinado pela autoridade competente, contendo as regras para a disputa licitatória e a futura contratação.
54. Laudo Técnico: formulário emitido a partir da recepção técnica para atestar que o bem se encontra em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações exigidas no contrato.
55. Licitação / processo licitatório / certame: procedimento formal e público para a escolha de fornecedores de produtos ou serviços, de acordo com a lei e com o instrumento convocatório.
56. Licitação deserta: ocorre quando o procedimento licitatório é encerrado em razão da ausência de interessados/licitantes no certame.
57. Licitação fracassada: ocorre quando o procedimento licitatório é encerrado em razão da desclassificação das propostas ou lances, e/ou da inabilitação de todos os participantes do certame.

58. Objeto: obrigação de dar ou de fazer de um contratado que consiste na prestação de serviços ou entrega de bens, cessão, locação ou alienação.

59. Objeto de patrocínio: o produto do convênio ou do contrato de patrocínio, observado o programa de trabalho e as suas finalidades.

60. Ordem de Compra de Materiais e Serviços: documento substituto do contrato que cria a obrigação de pagamento a um fornecedor, condicionada à entrega de bens ou à prestação de serviços, nos casos de compra imediata e integral, da qual não resulte obrigação futura.

61. Órgão gerenciador: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

62. Órgão participante: órgão ou entidade da Administração Pública que integra a Ata de Registro de Preços e que tem, garantido pelo edital, o direito de contratar o produto ou serviço registrado.

63. Preço Inexequível: aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. No caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração ou valor orçado pela administração.

64. Preço de Referência: conjunto de preços unitário e global estimados para cada item de uma licitação, como referência para o julgamento do Pregoeiro, obtido por pesquisa prévia de mercado com o objetivo de melhorar as condições da negociação com o vencedor.

65. Pregão: modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços comuns é feita mediante proposta escrita, permitindo-se aos licitantes a alteração dos preços por meio de lances verbais ou eletrônicos, em sessão pública.

66. Prestação de contas: procedimento de acompanhamento sistemático que contera elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do convênio ou do patrocínio, assim como o alcance dos resultados previstos.

67. Projeto Básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou serviços, objeto da licitação, elaborado com base nas indicações e estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental da obra, possibilitando a avaliação do custo da obra ou serviço, bem como a definição dos métodos e do prazo de sua execução.

69. Pronto pagamento: valores em espécie administrados pela Gerência de Finanças, destinados a atender às necessidades imediatas de desembolso da EMAM.

70. Publicidade: envolve ampla gama de atividades destinadas a promover a comunicação entre a EMAM e o público, visando difundir ideias e transmitir mensagens que fortaleçam a marca no mercado.

71. Reajuste contratual: atualização monetária do preço pactuado no instrumento contratual, mediante aplicação de índice definido em contrato.

72. Regime de Alçada: conjunto de disposições acerca de responsabilidades afetas a valores e competências dentro da EMAM.

73. Registro de Preços: licitação realizada para registrar preços com vistas às contratações futuras, com prazo de validade determinado.

74. Repactuação contratual: atualização monetária do valor do contrato de serviços de natureza contínua concessível.

75. Rescisão contratual: encerramento do contrato antes do término de sua vigência.

76. Revogação de processo de licitação: ato por meio do qual a EMAM torna sem efeito um processo licitatório, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

77. Serviço: atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a EMAM, como demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

78. Serviços de publicidade: conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

79. Sistema de Registro de Preços: conjunto de procedimentos para registro formal de preços para contratações futuras, precedido de licitação, com prazo de validade determinado.

80. Sobrepreço: Ocorre quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitário de um item, se a licitação ou a contratação for por preço unitário de serviço, ou ao valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por preço global.

81. Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação: aquisições e contratações para atendimento às demandas de tecnologia da informação e comunicação, compreendendo hardware, software e serviços.

82. Superfaturamento: faturamento por preço que gera dano ao patrimônio da EMAM, caracterizado, por exemplo:

a. pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;

b. pela deficiência na execução de obras e serviços de engenharia que resulte em diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança;

c. por alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;

d. por outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a EMAM ou reajuste irregular de preços.

85. Termo de Referência: documento obrigatório, integrante do edital de pregão, elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares, que deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

86. Unidade organizacional: cada diretoria, assessoria, superintendência ou gerência que compõe a estrutura organizacional da EMAM.

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA**

ÓRGÃO OFICIAL INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 8.485 DE 24/11/2003.

Cópias do Diário Oficial podem ser obtidas no portal da Prefeitura de Uberlândia:  
[www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br)

**Paginação:** Carolina Machado Giroldo e Victor Grama Valentim

**Edição, impressão e disponibilização:** Procuradoria Geral do Município  
**Distribuição:** Secretaria Municipal de Governo e Comunicação

Av. Anselmo Alves dos Santos nº 600 - Bairro Santa Mônica - Telefone: 34 3239-2684